

GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL:

DEBATES, CONCEITOS E PERIODIZAÇÃO

**Isabela Silveira Mello
Edimar Rodrigo Rossetto
Adilson Tadeu Basquerote
[Organização]**

ARCO
EDITORES ● ● ●



GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL:

DEBATES, CONCEITOS E PERIODIZAÇÃO

**Isabela Silveira Mello
Edimar Rodrigo Rossetto
Adilson Tadeu Basquerote
[Organização]**

ARCO
EDITORES ● ● ●



Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin, UFOB.

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos, UEL

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva, UNIDAVI.

Profa. Dra. Camila do Nascimento Cultri, UFSCar.

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo, UCB.

Profa. Dra. Fabiane dos Santos Ramos, UFSM.

Profa. Dra. Alessandra Regina Müller Germani, UFFS.

Prof. Dr. Everton Bandeira Martins, UFFS.

Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa, UFN.

Prof. Dr. Pedro Henrique Witches, UFES.

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler, UFSM.

Profa. Dra. Liziany Müller, UFSM.

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza, UNISC.

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio, UFRGS.

Prof. Dr. Leandro Antônio dos Santos, UFU.

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado, UFJF.

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch, UFN.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Geografia agrária no Brasil [livro eletrônico] :
debates, conceitos e periodização / organização
Isabela Silveira Mello, Edimar Rodrigo Rosseto,
Adílson Tadeu Basquerote. -- 1. ed. --
Santa Maria, RS : Arco Editores, 2022.
PDF.

Bibliografia

ISBN 978-65-5417-060-4

1. Agricultura 2. Agricultura familiar
3. Assentamentos rurais 4. Economia agrícola
5. Engenharia agrícola 6. Geografia agrícola -
Brasil 7. Reforma agrária 8. Trabalhadores rurais
I. Mello, Isabela Silveira. II. Rosseto, Edimar
Rodrigo. III. Basquerote, Adílson Tadeu.

22-135622

CDD-630.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Geografia agrícola : Agricultura 630.981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

 **10.48209/978-65-5417-060-4**

Diagramação e Projeto Gráfico: Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa: Designed by canva

Revisão: Organizadores e Autores(as)

ARCO EDITORES

Telefone: 5599723-4952

contato@arcoeditores.com

www.arcoeditores.com

Apresentação

A análise da questão agrária no Brasil, resulta de um processo histórico que culminou em relações assimétricas e desiguais. Entre outros fatores, se faz necessário à compreensão da distribuição de terra, da estrutura fundiária, das relações de trabalho no campo, das políticas públicas para o setor. Nesse sentido, a obra **Geografia Agrária no Brasil: Debates, Conceitos e Periodização**, apresenta quatro estudos de distintas instituições, que entrecruzam abordagens que relacionam os contextos rurais e seus sujeitos.

A capítulo número um, **A QUESTÃO AGRÁRIA E A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO BRASIL**, escrito por Jesiel Souza Silva, apresenta um estudo que analisa a questão agrária brasileira e seus desdobramentos na formação da pequena produção, a partir de uma compilação de obras de autores que há tempo têm se desdobrados no estudo da questão agrária no Brasil. O autor concluiu que a questão agrária brasileira se tornou um problema que perpassa os limites rurais, pois se reflete de distintas formas nos centros urbanos e historicamente têm contribuído para o aumento e perpetuação das desigualdades sociais, tornando-se uma questão social estrutural.

No capítulo número dois, **A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO OESTE PARANAENSE: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO COLÉGIO ESTADUAL DO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS**, os autores Edimar Rodrigo Rossetto e Marli Terezinha Szumilo Schlosser destacam as diretrizes do projeto político pedagógico do colégio estadual e importância da luta de articulações populares do campo no oeste do estado do Paraná. Como resultado, o evidenciou-se a importância que a educação ganha nesse contexto de luta torna-a prioridade para os movimentos sociais, princi-

palmente para o Movimento dos atingidos por Barragens (MAB), e vista como necessidade diante do novo contexto social e econômico que o avanço do processo de produção capitalista ocasionou. Pontua-se que o próprio MAB amplia sua atuação pelo Brasil, pautando-se na defesa dos agricultores marginalizados por construções de usinas hidrelétricas.

A CADEIA PRODUTIVA DO TABACO NA REGIÃO DA COLÔNIA SANTO ÂNGELO, RS, região que apresenta significativa influência da migração alemã, da agricultura familiar e da produção de tabaco. Redigido por Denise Lenise Machado, Francisco Augusto Altermann, Lucian Armindo da Silva Brinco e Vera Conrad de Menezes. Nele, os autores caracterizam a cadeia produtiva do tabaco na região da Colônia Santo Ângelo, localizada no centro do estado do Rio Grande do Sul. Os autores evidenciaram que a cultura do tabaco se configura como a alternativa de renda e de sustento para muitas famílias. Para mais, concluíram que a demanda de muita mão de obra e necessidade de produzir basicamente todo o necessário para a sobrevivência moldou as famílias da região e as instigou a seguirem na cultura do tabaco, mesmo com todas as dificuldades impostas pela sua produção, sejam elas, relacionadas a rentabilidade, as intempereis e área cultivada.

O quarto e último capítulo, **TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL: A OCUPAÇÃO URBANA DO RIO JAGUARI, NO MUNICÍPIO DE JAGUARI, RIO GRANDE DO SUL- BRASIL**, objetivou problematizar e discutir sobre os sujeitos que são afetados constantemente pelo volume de água dos rios, no período de cheias. Essa problematização acontece pela inquietação dos pesquisadores acerca da realidade que visualizam: Todos os anos, várias vezes por ano esses sujeitos precisam sair de suas casas, retirando tudo o que conseguem com o auxílio da defesa civil, e após o recuo da água, estes sujeitos

voltam ocupar suas casas. Os autores, Isabela Mello, Ivanio Folmer, Ane Carine Meurer apontam que as populações residentes em áreas de risco apresentam condições socioeconômicas e socioculturais relativamente baixas, sem condições financeiras e psicológicas de sair da situação de risco, o que nesse sentido, talvez devesse haver mais participação de órgãos públicos, do que da própria população.

Sumário

CAPITULO 1

A QUESTÃO AGRÁRIA E A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO BRASIL.....	10
--	----

Jesiel Souza Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-060-5

CAPITULO 2

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO OESTE PARANAENSE: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO COLÉGIO ESTADUAL DO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS.....	28
--	----

Edimar Rodrigo Rossetto

Marli Terezinha Szumilo Schlosser

doi: 10.48209/978-65-5417-060-1

CAPITULO 3

A CADEIA PRODUTIVA DO TABACO NA REGIÃO DA COLÔNIA SANTO ÂNGELO, RS.....	45
---	----

Denise Lenise Machado

Francisco Augusto Altermann

Lucian Armindo da Silva Brinco

Vera Conrad de Menezes

doi: 10.48209/978-65-5417-060-2

CAPITULO 4

TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL: A OCUPAÇÃO URBANA DO RIO JAGUARI, NO MUNICÍPIO DE JAGUARI, RIO GRANDE DO SUL - BRASIL.....67

Isabela Mello

Ivanio Folmer

Ane Carine Meurer

doi: 10.48209/978-65-5417-060-3

SOBRE OS ORGANIZADORES.....82

SOBRE OS AUTORES.....84

CAPÍTULO 1

A QUESTÃO AGRÁRIA E A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO BRASIL

Jesiel Souza Silva

Doi: 10.48209/978-65-5417-060-5

Introdução

Para entender a questão agrária brasileira, é preciso entender como as propriedades rurais foram distribuídas e organizadas ao longo do tempo, considerando a própria distribuição social destas propriedades, onde a população com maior riqueza, prestígio e poder teve um acesso facilitado a terra, em detrimento de uma outra parte da população, mais pobre, excluída do acesso à terra.

A terra para os pequenos produtores, agricultores familiares e camponeses, tem uma importância que vai muito além do seu valor econômico, passando principalmente pela sua função, social e política. Para estes sujeitos do campo, ter a posse ou a propriedade da terra, significa ter a garantia de sua reprodução social, ter seu lugar de moradia, de produção e também de trabalho. A exclusão fundiária que tem negado aos camponeses o acesso à terra, tem contribuído

para o aumento e a continuidade da desigualdade social, econômica e também política.

Muito mais do que um problema apenas do campo, a questão agrária brasileira se tornou, com o passar do tempo, uma questão urbana. Para Martins (2011, p. 16 e 18), a questão agrária brasileira “é o pilar do que somos e do que não podemos ser [...] engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer”. Nesse sentido, Martins (2011) aponta a existência de um equívoco quando se entende a questão agrária apenas como um problema dos trabalhadores rurais. Esse autor avalia que

Certa pobreza de perspectiva tem sustentado a suposição [...] de que a questão da terra interessa aos trabalhadores rurais e a mais ninguém. Problema residual do passado seria resolvido com o progresso e o desenvolvimento urbano inevitáveis. Assim pensam os que não conseguem ver que no problema fundiário está o núcleo das dificuldades para que o país se modernize e se democratize (MARTINS, 2011, p. 16-17).

A discussão sobre a questão agrária brasileira tem recebido diferentes reflexões de pesquisadores e intelectuais¹. A discussão atual do campo brasileiro passa pela percepção de que o capitalismo adentrou-se ao espaço agrário, atuando em todos os ramos e setores produtivos, na cidade e no campo, na indústria e na agricultura (CARNEIRO, 2009).

Para Martins (1999), a questão agrária é essencialmente histórica e, por vezes, pode se tornar uma questão partidária e política. Por muito tempo, ela se apresentou por meio de tensões religiosas e em confrontos sangrentos no Brasil. Para Martins,

¹ As discussões e as discordâncias nas diferenças de enfoques residem no modo como os autores analisam tal processo, pois, enquanto para alguns, no interior da produção agrícola existem relações capitalistas generalizadas, para outros, o próprio modo de produção geraria relações capitalistas e não capitalistas de produção, combinadas ou não. As relações não capitalistas de produção, criadas e recriadas pela expansão capitalista no campo brasileiro, seriam o resultado da contradição do próprio modo de produção (CARNEIRO, 2009).

[...] uma questão agrária que se torna questão religiosa, que se torna questão política, que se torna questão policial, que se torna questão militar, como aconteceu em Canudos, no Contestado e em vários outros episódios das lutas sociais no campo, incluindo episódios relativamente recentes, do tempo da ditadura. Um balanço apropriado do conflito fundiário nas últimas décadas nos revelaria que ele é apenas um subtema de conflito maior e mal definido entre o Estado oficialmente laico e a Igreja (1999, p. 99).

Martins (1999) assevera que a questão agrária tem uma importância que vai além das questões sociais e econômicas. Porém, ele considera a questão agrária brasileira uma questão estrutural, apesar de ela aparecer mais como um problema social. Afirma ainda que a questão agrária está longe de uma solução definitiva, uma vez que a sociedade perdeu as reduzidas oportunidades históricas que teve de solucioná-la.

Mesmo que o conceito de camponês esteja relacionado à Idade Média na Europa, a formação do campesinato e da pequena produção no Brasil tem suas especificidades, sendo formado “no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista” (MARQUES, 2008, p. 60), em uma relação de exclusão. Nessa mesma concepção, Martins (1990) afirma que o campesinato brasileiro dá-se às margens do sistema escravocrata, e sua sujeição ideológica e material posta a partir da lógica implantada pelo modelo agroexportador.

Desta forma, este capítulo objetiva analisar questão agrária brasileira e seus desdobramentos na formação da pequena produção, a partir de uma compilação de obras de autores que há tempo têm se desdobrados no estudo da questão agrária no Brasil.

Questão agrária no Brasil e a formação da pequena produção

Desde o início da colonização, o modelo econômico implantado no Brasil foi pautado na propriedade instalada em extensas áreas, com latente concentração de terras, além da especialização produtiva pautada no cultivo de monocultura para exportação e o trabalho escravo – aspectos-chave para o modelo colonial.

A concentração supramencionada é resultante da questão agrária brasileira que sempre se mostrou excludente, e tem sua gênese na distribuição da terra a partir das capitâneas hereditárias – primeiro sistema administrativo instituído no Brasil pelo rei de Portugal, Dom João III, a partir de 1534. As 14 capitâneas criadas iam do litoral até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Nesse sentido, foram distribuídas grandes extensões de terras a quem tivesse condições de desenvolver alguma atividade econômica (um número reduzido de pessoas), sem limite territorial estabelecido, gerando, assim, os latifúndios, com limites imprecisos.

Com base na exploração do território brasileiro, foi instituído o sistema de sesmarias, que consistia na permissão do uso das terras pelo donatário, distribuídas em lotes de terras para o sesmero, que produzia, sobretudo, cana-de-açúcar, e pagava impostos à coroa.

Tal sistema – regime de posse português, que foi transportado para as terras Brasileiras – era originalmente feudal e provinha de uma legislação de Portugal de 1375, com indícios da função social da terra, pois esta buscava redistribuir a terra a partir da identificação das terras vazias e improdutivas em razão da peste negra. Porém, ao ser adaptada e implantada na colônia, teve outro propósito, fugindo do inicial, uma vez que o território colonial brasileiro

era extenso e pertencia ao Rei. A entrega da terra aos sesmeiros não implicava a propriedade da terra, mas apenas a sua posse (COVOLAN; GONZALES, 2008). Em concordância, Erthal (2000) afirma que a questão da sesmaria foi transportada para o território brasileiro, como forma de apropriação do território, sem se adaptar às especificidades do País.

O abastecimento interno de alimentos no Brasil, desde o início da colonização, foi problemático e provocou diversas tentativas de solução por parte da Coroa portuguesa. A opção pela “implantação da grande lavoura, como opção de ocupação e geradora de rendimentos para Portugal, dificultou a introdução de uma agricultura diversificada voltada para a produção de alimentos, mas não a impediu” (CORRÊA, 2012, p. 10).

Wanderley (2014) destaca que, como a grande propriedade se instalou desde a colonização, sobretudo, no litoral, formou-se um espaço vazio nas regiões mais distantes não apropriadas juridicamente, que poderiam ser ocupadas por pequenos produtores. Porém, a abundância de terras em razão da extensão territorial do Brasil “não pode ser vista simplesmente como uma variável independente e única responsável pelo nascimento e manutenção do latifúndio, mas deve ser percebida num contexto mais amplo” (ERTHAL, 2000, p. 59).

A economia colonial em terras brasileiras era mercantil e escravista e, portanto, contraditória, pois, ao mesmo tempo que produzia mercadorias por meio do trabalho escravo, essas eram encaminhadas para as economias europeias, onde o capitalismo se expandia e solidificava. A economia colonial possibilitou a presença de um restrito mercado interno, resultando somente nas áreas mais próximas dos centros urbanos o desenvolvimento de uma produção voltada ao consumo desses núcleos urbanos (CORRÊA, 2012). Porém, várias áreas utilizadas para a produção interna eram transformadas em áreas de produção para exportação, ameaçando o abastecimento de alimentos.

Velho (2009) destaca que as *plantation*, durante boa parte da história brasileira, foram um obstáculo ao desenvolvimento de camponeses livres e que, por isso, no Brasil, se desenvolveu um campesinato marginal. Esse autor esclarece que

[...] a sua inexistência no momento da conquista e a própria pujança inicial da *plantation* não permitiram a sua presença. Alguns autores têm falado de “camponeses” no caso dos trabalhadores na *plantation*; em especial porque era comum cultivarem um pequeno pedaço de terra para o seu próprio autoconsumo, dentro ou fora dos limites da *plantation*. Todavia, o fato é que o seu trabalho principal tinha a ver com a *plantation*, submetidos ao dono da *plantation* e a uma divisão do trabalho complexa que estava longe de algo que pudesse lembrar uma produção camponesa. Mesmo os pequenos pedaços de terra que cultivavam apareciam frequentemente como uma espécie de “doação” do proprietário em terra marginal da *plantation*, de fato constituindo uma maneira de permitir uma reprodução barata da força de trabalho (VELHO, 2009, p. 128).

No período da sesmaria, já havia a ocupação de posse pelos pequenos agricultores, que produziam para atender às necessidades locais. A grande lavoura ocupava as áreas centrais, e a pequena produção ia ocupando, sobretudo, as áreas marginais de produção.

Sobre essa forma de ocupação de terras, Covolan e Gonzales entendem que

[...] a prática das invasões de terra por parte de pequenos lavradores de agricultura de subsistência se dava de modo corrente, e de certa maneira até mesmo consentida, em face mesmo da quantidade de terras e da produção que obtinham para necessidades locais. Essa prática era corrente porque o sistema legal era ambíguo, admitindo que as terras assim possuídas poderiam gerar a legitimação da posse, desde que se comprovasse a produção, evidente e regular, de longo prazo (2008, p. 5814).

Mesmo sem o devido destaque, a pequena propriedade produtora de alimentos sempre teve importante papel no território brasileiro. Inicialmente praticada dentro das terras de sesmarias, era considerada como agricultura de gêneros de primeiras necessidades, realizadas pelos moradores; pelos próprios

escravos, que dedicavam seus esforços à lavoura, acarretando no beneficiamento do produto a ser exportado; e pelos agregados, que produziam em pequenas parcelas na periferia dos latifúndios, em solos que não eram propícios à cultura principal monocultora. Eram expulsos quando os fazendeiros necessitavam de terras (ERTHAL, 2000).

A produção de subsistência dentro do grande latifúndio seguiu o ritmo de expansão e o recuo da produção agroexportadora, ora provocando o aumento da expansão da produção de subsistência, ora provocando a sua retração, dentro ou fora dos latifúndios (CORRÊA, 2012).

Além de dedicarem seus esforços à lavoura e vários outros serviços na unidade produtiva, os escravos, por força de lei promulgada em 1701 no reinado de D. Pedro II, bem como por prática consuetudinária, dedicavam-se ao cultivo de gêneros alimentícios em seu dia de folga (domingo) em pequenos lotes concedidos em usufruto, em áreas distantes do núcleo produtivo central. Essa produção era destinada ao autoconsumo, e o excedente era vendido. Tal ação, por vezes comparada à economia camponesa por alguns especialistas, é designada como protocampesinato (assemelhado ao campesinato) e gerou o termo brecha camponesa (ERTHAL, 2000).

É preciso destacar a formação e presença dos quilombos² nesse período. Fiabani (2007) aponta que, após serem instalados, esses cresciam, tomando consistência à medida que recebiam novos sujeitos. A ampliação dos quilombos dava-se por agregação de membros advindos do seu exterior (nativos, homens livres e pobres e, acima de tudo, cativos fugitivos do campo e das cidades).

² Como observado por Carril (2006), os quilombos desenvolveram uma relação peculiar com a natureza e, assim, de escravos, seus integrantes se transformaram em camponeses, sendo que o relacionamento com a terra passou a ter uma importância fundamental como meio de sobrevivência na sociedade escravista. A produção de alimentos nos quilombos era significativa, com fim para a economia de subsistência.

O sistema de apropriação de terras pautado nas sesmarias prevaleceu no território brasileiro até o dia 17 de julho de 1822. Segundo Wanderley (2014), a agricultura brasileira, mesmo após o fim da colonização, manteve suas características estruturantes, que era pautada na grande propriedade monocultora e no trabalho escravo. Porém, tal fato não impediu a pequena produção de ocupar produtivamente as áreas que não eram ocupadas pelos senhores de terras. Covolan e Gozales (2008, p. 5815) apontam que “o imperador, por ocasião da Independência, suspendeu o sistema de sesmarias sem substituí-lo por qualquer sistema legal que regulasse o acesso a terra”.

Dessa forma, entre os anos de 1822 e 1850, pela falta de leis que regulamentassem o direito do uso das terras, prevaleceu no Brasil a livre ocupação de terras devolutas. Wanderley (2014) destaca que o período entre 1822 (onde a legislação fundiária colonial portuguesa perde a legitimidade com a independência do país) e 1850 é caracterizado por um vazio jurídico, que favoreceu a ocupação precária das terras por pequenos agricultores que produziam para o seu consumo e para o mercado; uma ocupação sem nenhuma titulação jurídica.

Assim, até a promulgação da Lei de Terras de 1850, a posse de terras no Brasil manteve-se como expediente isolado de apropriação privada das terras públicas (NOZOE, 2006). Ao referir-se a tal assunto, Santos destaca que

Circunscrita pela plantagem escravista, a colonização da segunda metade do século XIX atribuiu aos colonos as terras de fertilidade e situação piores, reduzindo-se assim, a capacidade de geração da renda da terra. Verifica-se, a partir de então, a apropriação pelo capital da renda da terra gerada pela produção camponesa, através das relações de troca entre o produto camponês e o capital (1981, p. 112).

Com o fim do tráfico negreiro³, a Lei de Terras foi promulgada a fim de barrar o acesso a terra para morar e trabalhar, principalmente pelos escravos, indígenas, pequenos proprietários independentes e imigrantes europeus e asiá-

³ O comércio de escravos foi extinto no Brasil pela Lei Eusébio de Queirós, em 1850.

ticos, sobretudo italianos e japoneses, que chegavam para substituir os escravos como mão de obra no campo. Assim, para Miralha (2006, p. 153), os imigrantes, ao chegarem ao Brasil e encontrar o acesso livre da terra, “obviamente iam preferir ter sua própria terra ao invés de trabalhar nas lavouras de café”.

A Lei de Terras excluía do acesso a terra aqueles que não tinham recursos financeiros – a partir de então, seu acesso poderia ocorrer somente pela compra e venda. Assim, de fato, a terra deixa de ser utilizada somente para o cultivo. Desse modo, de acordo com Covalon e Gozales (2008, p. 5816), com a Lei de Terras, “seriam tidas como pertencentes ao Poder Público todas as terras devolutas, assim consideradas as que não estivessem ocupadas ou cultivadas”.

Para Santos (1981), a terra foi convertida em mercadoria, tendo seu preço formado pela renda da terra capitalizada. Conforme Podeleski,

[...] a transformação da terra em mercadoria que auferia lucros para o Governo Central e contribuía para a manutenção da ordem política e para o desenvolvimento da grande lavoura exportadora do café, em ascensão neste período. Mas a aplicação da Lei não fora tão coesa, pois entre os próprios proprietários havia distintos interesses, e a aquisição ilegal de terras continuou a existir por particulares, devido a certa independência das províncias e às altas taxas cobradas pela propriedade (2009, p.54).

Martins (1997, p. 18) entende que “a Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder”. Miralha acrescenta que,

[...] com a Lei de Terras passava-se do cativo do homem (escravo) para o cativo da terra, pois a terra no Brasil a partir dessa lei já não tinha mais “livre acesso”, era restrito a quem tinha condições de pagá-las, e esse não era o caso nem dos escravos, prestes a serem libertos, e nem dos imigrantes colonos, que vieram para trabalhar no regime de colonato nas lavouras de café (2006, p. 154).

Conforme Marques (2008), o ditame em questão inaugurou a criação do mercado de terras brasileiras, que acabou por configurar, de modo geral, a luta

da terra no Brasil, caracterizando mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito existente entre a territorialidade capitalista, que concebe a terra como mercadoria, e a territorialidade camponesa, que concebe a terra como base para a reprodução da família e de seu modo de vida específico.

Nesse sentido, é preciso frisar que, no processo de separação entre as terras devolutas e as terras que produziam, ocorriam dois processos distintos, a saber:

- a) no caso das terras devolutas, essas seriam demarcadas pelo governo; e
- b) as terras que estavam a cargo de um particular deveriam ser demarcadas pela iniciativa do próprio proprietário e registradas junto ao vigário da paróquia (COVOLAN; GONZALES, 2008).

Os valores obtidos com a venda da terra patrocinavam a chegada dos novos colonos para o trabalho nas grandes propriedades. Porém, para esses, a lei não apenas reconhecia o direito de propriedade dos já possuidores, mas também não estabelecia o limite do tamanho das propriedades, e tampouco era cobrado imposto territorial, o que poderia barrar a manutenção do domínio de latifúndios improdutivos (COVOLAN; GONZALES, 2008).

Conforme Podeleski,

A própria legislação permitia certas deformações na sua aplicação e interpretação, como em nenhum momento ficou claro qual seria o valor mínimo cobrado na venda, bem como a necessidade de julgamento para comprovação da devida posse, que poderia repercutir como duvidoso o trabalho jurídico da intenção dos aplicadores da Lei, bem como a própria Lei (2009, p. 54).

Para Covoloan e Gozales (2008), a Lei de Terras permitiu também a regularização das pequenas propriedades dos agricultores pobres que produziam em regime de autoconsumo ao permitir a legitimação das posses cultivadas. Assim,

mesmo tal ditame tendo como principal meta favorecer a apropriação privada da terra, não impediu que restassem extensões áreas livres, onde se tornou constante o embate entre os pequenos e os grandes proprietários (FOCKINK, 2007).

É preciso destacar que o pagamento das taxas de regularização era superior ao suportado por esses agricultores. Para Covolan e Gonzales,

[...] o sistema da Lei de Terras, sem uma política de apoio à implantação e desenvolvimento da pequena propriedade, e sem uma forte estrutura administrativa dedicada ao cumprimento do texto de lei, longe de servir aos interesses do próprio texto legal, acabou por gerar mais desigualdades e prejuízo para os pequenos produtores, excluindo-os da propriedade de terra (2008, p. 5818).

Segundo Wanderley (2014, p. 28), tinha-se uma grande diversidade de acesso precário à terra, que ia “de um máximo de subordinação do trabalhador às demandas de trabalho das grandes propriedades a um grau de autonomia, que permite assegurar mais dedicação ao sítio familiar”. Para aquela autora, a instalação de famílias trabalhadoras em pequenas áreas – para cultivar alimentos – dentro das fazendas monocultoras autorizadas pelos proprietários era uma das formas de acesso precário a terra.

No tocante aos pequenos produtores – compostos pelos sitiantes e posseiros – que se estabeleciam fora da grande propriedade, eles mantinham sua independência. Em geral, os posseiros se estabeleciam à frente da plantagem, na área de fronteira agrícola. Eram lavradores migrantes. Não tinham estabilidade em razão de sua mobilidade, bem como pela mobilidade imposta pelo avanço da plantagem (ERTHAL, 2000).

A fronteira agrícola não é externa ao modelo agropecuário brasileiro e representa uma orientação da migração da população rural. É um lugar de recriação da produção camponesa, pois os camponeses, expulsos das regiões de agricultura moderna e expropriados, migram para as regiões de fronteiras, que

também recebem outros excedentes populacionais (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

No Brasil, mesmo com o enfraquecimento da oligarquia agrária frente ao poderio crescente da burguesia industrial, nunca houve, de fato, o confronto de ambas. Até porque, entre o final do século XIX e o início do século XX, a economia do Brasil era comandada ainda pelo café, mantendo o poder e controle da economia da oligarquia rural (MIRALHA, 2006). Nesse sentido, e a partir da aliança estabelecida entre as novas e velhas elites, Martins afirma que se estabeleceu um pacto político:

[...] mediante o qual os industriais e os grandes comerciantes tornaram-se grandes clientes políticos das oligarquias, às quais delegaram suas responsabilidades de mando e direção, reproduzindo os mesmos mecanismos políticos que vitimavam todo o povo e impediam um efetivo desenvolvimento da democracia entre nós (1997, p. 20).

Com a saída do ciclo da cana-de-açúcar e a entrada dos outros ciclos econômicos, reafirmou-se a grande propriedade rural no Brasil. Ao longo do século XX, a questão agrária brasileira continuou sem solução, e o caráter fundiário do Brasil caracterizado pela má distribuição da terra. A elevada desigualdade social e econômica no País se explica, em muito, pela elevada concentração da propriedade da terra, e é uma das principais causas da pobreza rural, provocando a intensificação da questão agrária no Brasil e da luta pela terra.

Considerações Finais

A compreensão do estágio da questão agrária brasileira passa-se pelo entendimento da organização e distribuição fundiária no Brasil ao longo de sua formação, onde parte restrita da população teve acesso quase que irrestrito à terra em detrimento de uma grande parcela de pessoas que foi excluída do acesso a terra.

A questão agrária brasileira se tornou um problema que perpassa os limites rurais, pois reflete de várias formas nos centros urbanos brasileiros também e contribuiu para o aumento e perpetuação das desigualdades sociais. Porém ela não é apenas uma questão social, mas estrutural.

No decorrer do processo de formação do território brasileiro, várias oportunidades de solução da questão agrária foram perdidas, estando hoje, longe de uma solução. Com sua gênese nas capitanias hereditárias, a concentração fundiária no Brasil sempre se mostrou excludente. A opção pela grande lavoura para exportação criou um entrave para a agricultura diversificada fazendo da pequena propriedade, geralmente mais distantes, a responsável quase que unicamente pela produção alimentar.

No cenário brasileiro, os latifúndios têm um papel de destaque desde o período colonial, principalmente em relação a produção de monoculturas enquanto que os camponeses e agricultores familiares, nas pequenas e médias propriedades, tenha exercido um papel fundamental na produção de policultura especialmente na produção alimentar.

Assim, a questão fundiária brasileira sempre foi marcada por disputadas de terras, sejam elas produtivas ou improdutivas. A partir da década de 1950, com a modernização da agricultura, houve um aumento no aproveitamento de solos menos férteis, principalmente com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Agropecuários (EMBRAPA), fazendo com que cada vez mais as grandes propriedades se tornassem produtivas, diminuindo assim a uso do termo latifúndio, utilizado principalmente para caracterizar as grandes propriedades improdutivas que serviam sobretudo a especulação imobiliária.

Porém, a modernização agrícola também evidenciou impactos sociais negativos, como o aumento da desigualdade fundiária, das desigualdades so-

ciais e a diminuição da autonomia do produtor frente ao mercado e às grandes empresas do agronegócio.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **A questão agrária na contemporaneidade e os desafios do movimento camponês no Brasil**. Montevideu: Egal, 2009. (Mimeografado).

BRASIL. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm> Acesso em: 19 de mar. 2016.

_____. **Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979**. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm> Acesso em: 25 de jan. 2015

CARNEIRO, Patrício A. Silva. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **Campo-Território. Uberlândia**. v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009.

CARRIL, *Lourdes de Fátima Bezerra*. Quilombo, território e geografia. **Revista Agrária**, nº 3, São Paulo, 2006.

COVOLAN, Fernanda Cristina; GONZALEZ, Everaldo Tadeu Quilici. Sesmarias, Lei de Terras de 1850 e a Cidadania – Sistema Legal x Sistema Social. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, 17, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília, 2008.

CORRÊA, Lucelinda S. chramm. As Transformações no Sistema Colonial e Suas Repercussões: a colonização alemã na Bahia do Século XIX. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 12., 2012, **Anais...** Bogotá, 2012.

ERTHAL, Rui. A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade. **Geographia**. Ano 2, n. 4, 2000. p. 49-75.

_____. **A dispersão dos imigrantes suíços e alemães da área colonial de Nova Friburgo: uma abordagem geográfica.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. 356 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: a formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo).** 1994. Dissertação [Mestrado em Geografia] - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

_____. A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

_____. O futuro do MPA. Porto Alegre: MPA, 2003b.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campeinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 273-302.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antonio Márcio Buainain (Editor). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Editora Unicamp, 2008b.

_____. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista Osal**, ano 9, n. 24, p.73-85, out. 2008d.

FIABANI, A. O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo-RS: Unisinos, 2007. v. 1, p. 1 – 10.

FOCKINK, E. R. **Produção rural familiar em Jataí (GO): a Comunidade Rural da Onça.** Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG: 2007. 147 p., 2007. CD-ROM.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. São Paulo **Perspec.**, Jun 2004, vol.18, no.2, p.95-103.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1980.

INCRA. Instituto Nacional de Reforma Agrária e Colonização. **Reforma agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=269&Itemid=289> Acesso em: 15 jan.2015.

_____. **Programa Nacional de Reforma Agrária**. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/pnra>>. Acesso em 04 de Nov. 2015

_____. **História da Reforma Agrária**. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>>. Acesso em 04 de Nov. 2016

KIEL Roberto. Quando Tudo o que o Papa Quis foi ter o que Comer na Terra de Canaã. In: MIELITZ, Carlos (org.) **Desenvolvimento agrícola e questão agrária**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

LEITE, Sérgio Pereira (2007). Mitos sobre a Reforma Agrária Brasileira. **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**. n. 01 – Junho 2007.

LEITE, Sérgio Pereira; AVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2007, vol.45, n.3, pp.777-805.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A Atualidade do conceito de camponês. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XIII, 2002. João Pessoa. **Anais...**João Pessoa: 2002.

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA** (UNESP), v. 11, p. 57-67, 2008.

MARTINS, José de Souza; Os Camponeses e a Política no Brasil. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. .. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. .. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Editora Contexto, 2011. 253 p.

_____. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, v. 11, p. 97-128, 1999.

MATTEI, Lauro Francisco. A Reforma Agrária Brasileira: Evolução do Número de Famílias Assentadas no Período Pós-redemocratização do País. **Estud. Soc. e Agric.** Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2012.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. *REVISTA NERA – ANO 9, N. 8 – Jan/Julho de 2006*. UNESP, Presidente Prudente.

NOZOE, Nelson. 2006. **Sesmarias e Aposseamento de Terras do Brasil Colônia** [online], disponível em <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A024.pdf>>. Acesso em 23 de mar. 2016.

OCB/SESCOOP-GO. Censo do cooperativismo goiano 2015. Goiânia, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O MST como Movimento Sócioterritorial Moderno. **Revista USP**. São Paulo, 2005. n° 64.

_____. **Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula**. 2011. Disponível em: . Acesso: 21 de agos. 2015.

PADILHA, Tânia Mara de Almeida. A Questão Camponesa: Lenin e os Meandros da Questão Camponesa entre os Anos de 1893 e 1923. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 6., 2008. **Anais...** Marília: Unesp, 2008.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação**. Brasília: Senado Federal, 2008. (Textos para discussão 48).

PODELESKI, Onete da Silva. Lei de Terras de 1850. **Revista Santa Catarina em História**, UFSC, Florianópolis-SC, vol. 01, n. 02, 2009

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27- 64.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2 (2): 109 - 117, 1981.

_____. **Matuchos: exclusão e luta – Do Sul para a Amazônia**. Petrópolis, Vozes, 1993.

SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel. A agricultura familiar no Brasil. Porto Alegre: RIMISP(**Relatório de Pesquisa FIDA Pobreza y Desigualdade**), 2013.

SOL, Eduardo Sol Oliveira da ; MARAFON, Glaucio José ; SEABRA, Rogério dos Santos . Agricultura, modernização e ambiente: breves notas. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21., 2012. Anais... Uberlândia: 2012.

STÉDILE, João Pedro e GORGEN, Frei Sergio. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Página Aberta, 1993. 117 p.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A Agricultura Familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, 1995.

_____. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014 .

CAPÍTULO 2

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO OESTE PARANAENSE: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO COLÉGIO ESTADUAL DO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Edimar Rodrigo Rossetto

Marli Terezinha Szumilo Schlosser

Doi: 10.48209/978-65-5417-060-1

O Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis, localizado no município de Cascavel, fruto da luta de articulações populares do campo no oeste do Paraná, têm sua administração a cargo dos diversos integrantes, caracterizados, neste caso, pelas lideranças locais do colégio e comunidade. Estes líderes compreendem movimentos sociais, comunidade local, dirigentes educacionais etc. São responsáveis pelo recebimento de merenda escolar e de

livros, organização dos espaços da instituição, construção e formulação do PPP, ou seja, pelo gerenciamento de funções que o colégio abarca. Acerca do compartilhamento da administração das funções, Libâneo (2001, p. 3) observa que,

[...] uma vez tomadas as decisões coletivamente, advoga cada membro da equipe assuma a sua parte no trabalho, admitindo-se a coordenação e avaliação sistemática da operacionalização das decisões tomada dentro de uma tal diferenciação de funções e saberes.

É importante pontuar que fica claro a participação da comunidade escolar na luta por direitos no colégio, além de se observar a participação coletiva das lideranças na operacionalização das decisões, respeitando, assim, a diferenciação de saberes e funções de cada membro. Admite-se que a coordenação das atividades na instituição fica a cargo das pessoas que possuem maior envolvimento com as questões educacionais, ou seja, os sujeitos com maior representatividade no grupo envolvido, com o objetivo de fortalecer a luta pela implementação de direitos educacionais de qualidade para as comunidades locais.

Conforme exposto no PPP, este colégio teve suas atividades educativas iniciadas no ano de 1999. Observa-se que,

[...] o prédio da instituição foi construído pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) e doado às Associações vinculadas à Associação de Desenvolvimento dos Reassentados de Salto Caxias (ADERABI), e as mesmas fizeram a doação do prédio para a FUNDEPAR, bem como os recursos materiais e equipamentos. As associações surgiram da organização das famílias atingidas pela barragem da Usina de Salto Caxias, na tentativa de amenizar o impacto causado pela desapropriação de suas terras, considerando-se que junto das propriedades submerge parte de sua história (PARANÁ, 2012, p. 9).

Observa-se no trecho citado que há mudança na atuação dos líderes do movimento no que se refere aos cargos em exercício. Percebe-se que, atualmente, as lideranças do colégio são de associações locais, formadas nas próprias

comunidades próximas, passando a executar e coordenar as atividades de ensino no colégio. É pertinente afirmar que essa transferência de responsabilidades, neste caso, da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Iguaçu - CRABI para as associações locais é importante para o movimento social, pois dá autonomia à organização das atividades nos colégios pela comunidade. Como pontuado pelo líder Robson Formica (2014), observa-se que o repasse de responsabilidades, nesse caso da CRABI para as articulações locais, faz expandir o movimento, isso porque possibilita aos líderes envolvidos que migrem para demais regiões afetadas por obras hidrelétricas. E, segundo Formica, ao migrar para regiões afetadas, estas lideranças desenvolvem

[...] processos de formação próprio, interno, de militância para preparar quadros para militantes, para coordenadores, para animar e formar a base social do movimento [...]. No Sudoeste do Paraná a gente têm o Fórum das Entidades da Agricultura Familiar do Sudoeste, que envolve a ASSESOAR, o MST, a FETRAF, as cooperativas, tem processos nacionais que envolvem aí as organizações mais ligadas a Via Campesina e têm alguns projetos e algumas iniciativas envolvendo universidades, então nós coordenamos o processo de formação em nível de pós-graduação, especialização na UFRJ, curso sobre energia e sociedade, então tem um setor, um coletivo de formação do movimento que promove isso, elabora sobre isso, propõe então uma intencionalidade política no processo de formação de nossa base, dos militantes (informação verbal)¹.

O que se pode absorver de expressivo na fala do líder nacional é a articulação do trabalho coletivo com entidades que possuem aproximação com os princípios de luta do MAB. É importante mencionar que este mesmo processo de repasse de responsabilidades em nível de articulações populares se faz presente no Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos.

Em contrapartida, o movimento regional, nesse caso a CRABI, desaparece ao longo dos anos. Assim, tal questão torna-se foco do debate levantado por Robson Formica (2014), segundo o qual o processo de formação educacional e

¹ FORMICA, Robson. Entrevista I. [set. 2014]. Entrevistador: Edimar Rodrigo Rossetto. Secretaria Regional do MAB. Francisco Beltrão, 2014. 1 arquivo. dvf (84 min.).

social do sujeito

[...] é contínuo, permanente, ele nunca se acaba, o sujeito sempre está em formação e, quando a gente se descuida do processo de formação, o inverso ocorre, o nível de consciência, ele pode com intencionalidade avançar, mas, se você se descuidar, ele também retrocede, a influência da ideologia dominante, das referências morais, políticas, éticas, ideológicas que o sistema capitalista nos impõe, da individualidade, da busca por soluções pessoais para resolver os problemas sociais, então há um bombardeio de informações para que você seja capaz de resolver os problemas de forma individualizada, então há um processo permanente de estudo, elaboração, avaliação e reflexão sobre essa intencionalidade da formação e de que também uma das dificuldades é de que as forças populares, as forças progressistas de modo geral, não só no Brasil mas no mundo perderam um pouco as referências de seu horizonte histórico, de uma sociedade diferente da sociedade capitalista, então a falta dessa referência também nos leva a ter um pouco mais de dificuldade na proposição, no aprofundamento, na elaboração, então esse também é um esforço de retomada dos grandes clássicos, a crítica da sociedade capitalista, essa sociedade de dominação e exploração dos trabalhadores, da sociedade onde alguns acumulam muito, os outros trabalham para que alguns acumulem (informação verbal)².

Como se observa no trecho citado, ao longo dos anos, por interferência da ação dominante do modelo de produção capitalista, a luta dos movimentos sociais, estes direcionados na contramão dos interesses do capital, é prejudicada devido ao processo de massificação e abafamento destas organizações³, sendo que a luta por uma escola do campo agarra-se neste viés para a defesa de suas bases teóricas.

Nesse sentido, é prioritário para um colégio do campo a interação com a universidade e movimentos sociais, pois para a construção de um PPP condizente com a nomenclatura da instituição, ou seja, escola do campo, é necessário

2 Idem.

3 Segundo Fomica (2014), cabe frisar exemplos específicos de luta contra construções de obras hidrelétricas no Paraná, dentre elas, na Bacia Hidrográfica do Rio Chopim, Sul do Estado, na região do Baixo Iguaçu, com a construção da Usina Hidrelétrica no Município de Capanema, Sudoeste do Estado, na Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, Sul do Estado, na região da Bacia do Rio Piquiri, Ivaí e Tibagi, atingindo milhares de famílias. A necessidade na produção de energia elétrica para a continuidade do modelo capitalista veemente nos dias atuais torna-se exemplo do processo massivo aos demais modelos de produção de energia sustentável, abafando as lutas sociais, utilizando-se do discurso societal de produção de energia elétrica para o bem comum.

“ [...] a reflexão sobre o contexto social, ideológico, cultural e econômico do país e do mundo, pensando projetos de reconstrução, a partir de ações cotidianas” (MEURER; DAVID, 2008, p. 54).

Em relação à instituição de ensino, observa-se que a influência das lideranças no estabelecimento não teve expressividade em suas lutas, como previsto inicialmente pela CRABI, pois, sendo o colégio mantido financeiramente pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), esta passa a “dar as cartas” na organização das atividades da instituição. Sendo assim, as associações e grupos de lideranças internas, trabalham dentro de uma organicidade controlada pelo poder público do município de Cascavel e pela SEED.

Para reafirmar o exposto, observa-se na entrevista concedida por Marinês Inês Schneider que, em relação ao corpo docente diferenciado para atuar em colégios do campo, observa-se que, inicialmente, no início da implantação do colégio, existia no reassentamento um projeto de formação de docentes para atuarem em colégios do campo (informação verbal)⁴. O processo de contratação de docentes e de matrícula dos educandos também é regido pelo regulamento da SEED, sob supervisão do Núcleo Regional da Educação (NRE) de Cascavel.

Ao retratar as dependências desta instituição, o Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis conta, atualmente, com salas de aula compostas com aproximadamente 40 alunos, possui espaços de recreação, biblioteca, laboratórios de informática, de química, de física e biologia, cozinha, refeitório, videoteca, local para atividades teatrais, secretaria, sala da coordenação e de professores, almoxarifado, quadra de esportes, moradia para o zelador etc.

⁴ Marinês Inês Schneider. Entrevista I. [dez. 2013]. Entrevistador: Edimar Rodrigo Rossetto. Cascavel, 2013.

O padrão infraestrutural do estabelecimento de ensino segue as exigências da SEED, sendo construído no mesmo modelo das demais instituições de ensino urbanas.

Acerca do Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis, é pertinente mencionar que

Art. 53 O estabelecimento de ensino oferta:

- Ensino Fundamental: 6º a 9º ano/regime de 9 anos;
- Ensino Médio;
- Educação Especial: Sala de recurso de 6º à 9º ano, apoio especializado no atendimento de alunos com deficiência mental e distúrbios de aprendizagem (PARANÁ, 2012, p. 35).

Nesse sentido, observa-se que uma das carências no setor da educação nesta localidade faz referência a não existência da Educação Infantil, sendo que a mesma é uma das atuais lutas da comunidade local e do próprio colégio, pois os pais percorrem diariamente longo trajeto até a cidade de Cascavel, neste caso, a cidade mais próxima, para levar e buscar seus filhos devido à falta de assistência do Estado na comunidade. Essa necessidade é apontada por Valdelice do Amaral Fagundes como de extrema importância para a comunidade local. Segundo relatos de Fagundes (2014), observa-se que “[...] ainda hoje eles têm lutas quanto à educação infantil, as creches, uma assistência que eles ainda não têm, eles ainda tem esse tipo de luta no campo [...] quem trabalha aqui tem que levar a criança lá no espaço urbano, na escola infantil” (informação verbal)⁵.

Esta discussão a respeito da assistência educacional infantil é imprescindível para o movimento de resistência, cujo fortalecimento da manutenção dos saberes, das crenças e da tradição do campo é reafirmado desde os “primeiros passos” da criança. Se não há existência de um movimento de sujeitos do campo preocupados com o futuro formativo de suas crianças desde suas bases

⁵ Valdelice do Amaral Fagundes. Entrevista I. [dez. 2013]. Entrevistador: Edimar Rodrigo Rosseto. Cascavel, 2013. 1 arquivo. dvf (42 min.).

iniciais, nada adianta promover ações para desenvolvimento de instituições do campo ao final do processo. Isso porque a migração do sujeito do campo para a cidade, já no início do processo formativo, provoca enormes perdas, dentre elas, de valores do campo, pois o sujeito adaptar-se-á à lógica de vida a qual está inserido. Nessa perspectiva, pontua-se que a relação educativa nessas condições reafirmaria a escola rural, como sendo uma extensão da escola urbana. Isso quer dizer que a luta das instituições educacionais do campo por manter este jovem no seu local de origem é afetada pelo fato de o sujeito em questão já ter, em parte, se adaptado à dinâmica do espaço urbano.

É importante destacar, também, que, nos três primeiros anos de funcionamento desta instituição, a mesma foi amparada financeiramente por um convênio firmado entre a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) e pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) (PARANÁ, 2012, p. 9). Como dito, enquanto o colégio era subsidiado financeiramente pela companhia, a atuação da CRABI, enquanto articulação popular era ativa nos espaços do colégio. Esta frente de luta auxiliava a instituição, sobretudo no plano financeiro, organizando atividades esportivas e recreativas, além de auxiliar na reforma e ampliação dos espaços públicos da comunidade, utilizados também pela instituição de ensino etc.

Portanto, a CRABI atuava constantemente no início da implantação do colégio na organização dos espaços sociais para as comunidades locais. Nesse sentido, era preciso desconcentrar as decisões, montar núcleos locais para que as comunidades pudessem ser autônomas, no sentido de poder decidir, organizar e efetivar suas ações na localidade. Para tanto, a CRABI passa a autonomia para associações locais, nesse caso, a APMF do estabelecimento.

Percebe-se que o diálogo entre as associações existentes é recíproco. No caso de Marinês Inês Schneider, caracterizada nesta localidade como a princi-

pal liderança a frente da comunidade, ela considera que as preocupações quanto à educação são o ponto principal para o movimento. Aponta que,

Hoje, falando enquanto escola e como representante da comunidade, a gente ficou vários anos sem um projeto, então hoje a gente conseguiu, a partir do ano passado e esse ano a gente vêm discutindo muito essa questão, de voltar esse projeto da interferência enquanto movimento dentro do reassentamento na educação também. A gente está, enquanto movimento de mulheres camponesas que a gente tem na comunidade com um projeto de implantação de uma educação popular na escola, é um projeto que a gente tá formando, temos um grupo no qual a gente trabalha, estuda e elabora para, a partir do ano que vem a gente começar o trabalho na escola. As dificuldades encontradas são diversas, o próprio preconceito que a gente enquanto cidadão, sujeitos do campo, a gente enfrenta, seja mulher, a gente têm um preconceito enorme, não só dentro do reassentamento, mas podemos falar em nível de sociedade e também dos próprios jovens, a gente vê assim que os jovens do campo sofrem esse preconceito, de ser do campo e buscar a valorização, então a gente não têm essa valorização dentro do campo ainda, e buscar as políticas públicas que é um grande eixo fundamental, é um desafio sobre políticas e fazer as nossas políticas públicas do campo também, e dentro da escola isso se enquadra também, a questão dos núcleos regionais, se é do campo ou não (informação verbal)⁶.

É de extrema importância a luta das lideranças na implantação de projetos educacionais para o campo. Porém, é pertinente observar que várias são as dificuldades encontradas, dentre elas o preconceito para com os sujeitos do campo, além da não identidade dos jovens como sujeitos desta organicidade de vida diferenciada que o campo possui.

Acerca das atividades promocionais do colégio, as mesmas são frequentes na instituição analisada. A finalidade principal é a arrecadação de verbas para a manutenção do prédio. Como as verbas provindas por parte do Estado não atendem em sua totalidade às necessidades da instituição educacional, as verbas arrecadadas são destinadas a suprirem necessidades dos setores, como limpeza, reposição de materiais, entre outros.

⁶ Marinês Inês Schneider. Entrevista I. [dez. 2013]. Entrevistador: Edimar Rodrigo Rossetto. Cascavel, 2013.

É importante pontuar ainda que, no PPP desta instituição, são frisados alguns parágrafos das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, CNE/CBE nº 01/2002. Por este documento ter extrema relevância e representar a conquista da luta das comunidades do campo na construção de políticas públicas para o campo, a instituição vem, há alguns anos, tentando se adequar, na teoria e na prática, ao movimento de Educação do Campo, visto como princípio fundamental na manutenção de sua história de luta e das características dos sujeitos que ali vivem, tal como se observa no trecho da fala de Marinês Inês Schneider:

Ela é uma escola no campo, mas o ensino dela não está sendo para o campo ainda, ela passou a ser, como obrigação, reconhecida como escola do campo, mas até então ela era um ensino voltado como qualquer outra escola da cidade, agora que esta sendo feito uma formação/trabalho junto com os professores e diretores e, representantes da comunidade na formação voltada para o campo (informação verbal)⁷.

Oportuno se torna dizer que a mudança de nomenclatura da instituição, como frisado, representa o primeiro passo no conjunto de mudanças que caracterizam uma instituição de ensino do campo. Cabe pontuar que, junto ao processo de alteração de nomenclatura, é imprescindível que a mudança da conjuntura pedagógica, ou seja, dos métodos de ensino-aprendizagem, realização de atividades práticas, formação/especialização de docentes, entre outras características que a Educação do Campo disponibiliza em suas bases, também se efetive.

Nessa linha de análise, convém mencionar que, para esta ampla reorganização dos vários setores da instituição, necessita-se de verbas de custeio e, portanto, esbarra-se na principal problemática dos dias atuais. A carência de recursos por parte do Estado para as instituições de ensino inibe grande parte das ações a serem desenvolvidas nos colégios.

⁷ Idem.

Para tentar minimizar esta problemática, é instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10 o Programa Mais Educação, o qual se constitui como estratégia do Ministério da Educação para ampliar a jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral, firmando apoio financeiro adicional ao orçamento das instituições escolares.

Em linhas gerais, observa-se que o programa atende escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica (BRASIL, 2014).

Vale lembrar, porém, que o programa citado, mesmo visando um projeto educativo diferenciado, voltado a um conjunto associativo de conteúdos e práticas pedagógicas, não é direcionado especificamente às escolas do campo. Atende, sim, instituições do campo e da cidade.

É importante elencar a questão da utilização de tecnologias em salas de aula, como, por exemplo, o uso de programas de computador, os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), mapas interativos e softwares livres de geoprocessamento. Porém, é importante afirmar que a utilização destes recursos didáticos é inexistente no Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis, isso porque o Estado não fornece suporte financeiro para conserto e compra de computadores, ampliação de espaço físico da instituição, ampliação da rede de internet, entre outros. Na Fotografia 4 é possível visualizar o Laboratório de Informática de tal Colégio:

Fotografia 4 – Laboratório de Informática do Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis, Cascavel-PR.



Fonte: ROSSETTO, Edimar Rodrigo. **Laboratório de Informática do Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis**. 2013. 1 fotografia.

É importante mencionar que, para a realização destes aprendizados, seria necessário maior volume de investimentos por parte do Estado, dentre eles: contratação de docentes, pedagogos, disponibilidade de espaços, além da oferta de transporte e bolsas de estudos para que os educandos tenham condições plenas para frequentarem a instituição educacional no período do contraturno.

Outro ponto para se repensar refere-se ao professor de Geografia, que, ao agregar os temas citados em suas aulas, os conteúdos base da ciência em questão teriam menos tempo para serem discutidos, prejudicando diretamente o processo de ensinagem. Recai também em se pensar na perda do foco da análise do objeto geográfico, pois a carga horária desta disciplina está saturada em termos de conteúdos.

Para agravar ainda mais a situação, observa-se que, nos últimos anos, a carga horária da disciplina de Geografia no Ensino Médio foi diminuída no Estado do Paraná de três para duas aulas semanais. No currículo do Ensino Médio, a disciplina de Geografia, de História, de Filosofia e Sociologia, as quais compreendem o conjunto das ciências humanas, passaram a ter 1 hora / aula por semana a menos, totalizando apenas 2 horas / aula por semana, ao passo que as ciências beneficiadas com esta nova reorganização curricular foram a Matemática e o Português.

Quanto à composição do Conselho Escolar, responsável pela organização e decisão das medidas adotadas pelo colégio, observa-se que,

Art. 12 O Conselho Escolar é composto por representantes da comunidade escolar e representantes de movimentos sociais organizados e comprometidos com a educação pública, presentes na comunidade, sendo presidido por seu membro nato, o(a) diretor(a) escolar.

§ 1º - A comunidade escolar é compreendida como o conjunto dos profissionais da educação atuantes no estabelecimento de ensino, alunos devidamente matriculados e frequentando regularmente, pais e/ou responsáveis pelos alunos.

§ 2º - A participação dos representantes dos movimentos sociais organizados, presentes na comunidade, não ultrapassará um quinto (1/5) do colegiado (PARANÁ, 2012, p. 12).

Percebe-se que o maior poder de decisão dentro do conselho escolar, principal órgão decisório da instituição, fica a cargo dos representantes da comunidade escolar, ou seja, com os sujeitos diretamente atuantes na instituição. Apenas 20% dos conselheiros deste organismo podem ser de movimentos sociais ou da comunidade, sendo esta última representada pelas famílias que moram na localidade. Considera-se esta porcentagem como baixa, observando que o contexto de formação da instituição derivou da luta dos movimentos sociais e comunidade do campo. O colégio é parte do reassentamento, conquistado pela luta das famílias atingidas por barragens e, portanto, é imprescindível que

fosse revista a porcentagem de participação dos conselheiros de movimentos sociais, isso porque, fortaleceria os laços entre as associações de pessoas da comunidade na luta pelo projeto educacional almejado.

Em relação ao processo avaliativo deste PPP, observa-se que,

Art. 106 A avaliação é contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Parágrafo Único - Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização (PARANÁ, 2012, p. 46).

Nesse sentido, o processo de avaliação pontuado pelo PPP é satisfatório do ponto de vista da formação do aluno crítico, pois os movimentos sociais, sobretudo o MAB, possuem debates críticos a respeito de uma educação de qualidade, direcionada às necessidades das famílias que vivem no campo, e não à formação do operariado urbano. O movimento também preza o debate quanto à exploração de recursos naturais, com menores impactos ao sistema natural. Formar um educando que possa partilhar dos mesmos desejos do movimento é interessante para a continuação da luta e formação de lideranças no movimento. Porém, cabe avaliar se o que condiz no PPP está sendo realizado na prática.

Em relação à organização de projetos educativos internos da instituição, como apontado pelo PPP, os mesmos oportunizam a criatividade dos educandos, possibilitando uma análise reflexiva no viés crítico dos conceitos trabalhados em sala de aula; entretanto, cabe apontar algumas ressalvas. A primeira recai sobre o corpo docente que, devido ao fato de possuir carga horária de trabalho saturada, é inviabilizado diretamente nos vários projetos da instituição por não terem seus respectivos coordenadores. Para solucionar esta problemática, é necessário que o Estado, representado, nesse caso, pela SEED-PR, con-

trate um número maior de docentes para reafirmar o desenvolvimento destes trabalhos. A segunda ressalva recai sobre a participação da própria comunidade que, na maioria das vezes, não se responsabiliza pela organização destas ações. É preciso o apoio de todos os sujeitos envolvidos com a luta para o “bom” andamento dos trabalhos na instituição.

No caso deste PPP, é importante mencionar que o mesmo não discute diretrizes direcionadas quanto à luta dos atingidos por barragens, no caso, formação educacional de líderes para dar sequência as atividades do movimento, debates quanto ao valor pago pelo kw/hora, sustentabilidade ambiental, etc. Estas discussões deveriam ser elencadas no PPP, pois reafirma a luta base da comunidade local. Mesmo com as dificuldades apontadas, o colégio tem projetos em desenvolvimento, os quais estão dispostos no Quadro 3:

Quadro 3 – Projetos educativos em andamento no Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos

Homenagem às Mães	Viva escola
Festa Junina	Oratória
Gincana do estudante	Sexualidade e Prevenção de DST's e Aids
Jogo Intersala	Diga não as drogas

Fonte: (PARANÁ, 2012, p. 338). Organizado pelo autor.

Estes projetos foram desenvolvidos ao longo dos anos neste estabelecimento educacional, prosseguindo nos dias atuais. São projetos semanais, mensais e anuais, os quais visam à participação de professores, educandos, funcionários do estabelecimento e comunidade, dentre as mais diversas idades.

Visam, ainda, resgatar valores culturais, religiosos, e têm a função de provocar interação social entre os indivíduos que compartilham do espaço escolar. Estes projetos são realizados no próprio espaço do colégio. O lazer e o divertimento são pontos a serem enfatizados por estas ações sociais, com o objetivo de:

- Integrar alunos com dificuldades de aprendizagem, com baixa estima, em situação de vulnerabilidade social, com dificuldades no convívio social, em atividades que possam desenvolver o cooperativismo e aprendizagem nesta área.
- Ter uma melhor qualidade de vida no campo, através do conhecimento do seu próprio corpo, de sua saúde e de suas capacidades de ver o esporte como aliado para a saúde física e mental (PARANÁ, 2012, p. 339).

Na maioria das vezes, os projetos são interdisciplinares, permeando diversas áreas. Alguns deles possuem caráter preventivo, se constituindo por meio de palestras, debates, entre outros, objetivando a construção de um saber social.

Em relação à formação continuada, especificamente para os docentes da instituição, observa-se, segundo o PPP, que

Cada profissional que atua no campo educacional deve se responsabilizar pelo seu processo de formação e também ir em busca de formação continuada, pois sabemos que a cada dia a sociedade exige de nós novos conhecimentos novas formas de interpretar o mundo e isso só se faz possível se tivermos acesso a cultura escolar social e culturalmente organizada, na forma de saberes escolares e disponibilizada a todos os profissionais da área educacional (PARANÁ, 2012, p. 344).

Como pontuado, considera-se este discurso totalmente elitista e liberal do ponto de vista da desresponsabilização do Estado quanto ao financiamento e subsídios destinados à formação continuada de docentes. Considera-se este discurso como medida de abuso por parte do Estado aos profissionais da educação.

Cumpramos assinalar que, segundo Valdelice do Amaral Fagundes, o único curso que os docentes deste colégio têm possibilidade de participação é

[...] algo que foi feito da escola com a universidade, mas, por exemplo, o Estado não está custeando nada, em nenhum sentido, nem os palestrantes, nem alimentação que nós temos nos dias de curso, sábados não há participação do Estado nessa esfera, é uma das lutas, gostaria que eles fornecessem outra coisa que também é luta pra gente por que quando nós queremos nos especializar na Educação do Campo, ela é desembolsada pelo professor, então assim, ela é um curso ofertado pelo Estado, nas formações continuadas que nós tivemos durante esse ano, uma que nós fizemos na escola e abordamos o tema que a gente quis abordar, mas as outras já vem prontas pelo Estado e não teve formação continuada que foi específica para o campo, então assim, como nós estamos no campo a gente teria que ter formação pro campo, a gente teria que ter uma visão muito ampla, muito mais aberta disso, daí nós tivemos alguns cursos mas daí fora, não dá para sair o grupo todo, como que a gente vai fechar a escola e sair para uma formação, tivemos alguns profissionais que foram participar desse momento (informação verbal)⁸.

É oportuno dizer que o Estado, no aspecto da formação / especialização de docentes para atuarem em colégios do campo, é totalmente negligente. A existência de cursos de formação pedagógica é raramente disponibilizada pelo Estado. Para uma instituição de ensino que prioriza buscar a implantação do movimento de Educação do Campo, este ponto deveria ser revisto, sendo que vai de encontro aos princípios previstos nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Nesse sentido, a luta desta instituição de ensino, da comunidade e do movimento social baseia-se, majoritariamente, em exigir do Estado seus direitos, sendo esta uma instituição de ensino pública e do campo.

⁸ Valdelice do Amaral Fagundes. Entrevista I. [dez. 2013]. Entrevistador: Edimar Rodrigo Rossetto. Cascavel, 2013.

Considerações Finais

Por fim, conclui-se que a importância que a educação ganha nesse contexto de luta torna-a prioridade para os movimentos sociais, principalmente para o MAB, e vista como necessidade diante do novo contexto social e econômico que o avanço do processo de produção capitalista ocasionou. Pontua-se que o próprio MAB amplia sua atuação pelo Brasil, pautando-se na defesa dos agricultores marginalizados por construções de usinas hidrelétricas.

Referências

BRASIL Ministério da Educação – MEC. **Programa Mais Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1113>. Acesso em: 02 mai. 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ/SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Assis – Ensino Fundamental e Médio. Projeto político pedagógico. Cascavel, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: Teoria e Prática**. 4^aed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MEURER, Ane Carine; DAVID, César de. Educação do campo e escola itinerante do MST: articulações do projeto-político-pedagógico com o contexto sócio-educacional. **Revista do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM**, v. 33, n. 1, jan./abr. p. 47-58. 2008.

CAPÍTULO 3

A CADEIA PRODUTIVA DO TABACO NA REGIÃO DA COLÔNIA SANTO ÂNGELO, RS

Denise Lenise Machado

Francisco Augusto Altermann

Lucian Armino da Silva Brinco

Vera Conrad de Menezes

Doi: 10.48209/978-65-5417-060-2

Introdução

O trabalho tem o objetivo caracterizar a cadeia produtiva do tabaco na região da Colônia Santo Ângelo, localizada no centro do estado do Rio Grande do Sul. Nota-se que a região em estudo apresenta significativa influência da migração alemã, da agricultura familiar e da produção de tabaco.

Cabe destacar que a discussão central do trabalho se utiliza do conceito de região, debatida em diversas áreas do conhecimento, sendo na Geografia utilizada como categoria de análise para compreender a dinâmica e as relações vivenciadas em sociedade. Neste estudo, a análise dessas relações busca, na pro-

dução do tabaco, compreender a dinâmica social e econômica estabelecida nos municípios que compõem a região denominada de Colônia Santo Ângelo.

Entende-se que a região, na atual abordagem geográfica, não empirista, refere-se à compreensão dos fatos que ocorrem a partir da organização espacial das relações e dos processos sociais, associados ao modo de produção e a consequente divisão do trabalho no sistema capitalista (BEZZI, 2005, p. 23). Também pode-se entender a região a partir da busca pelas relações socioespaciais, critérios que são estabelecidos por meio de semelhanças e diferenças encontradas naquele determinado recorte espacial. Fatores que envolvem desde os processos históricos e culturais até econômicos também são importantes para essa análise.

Os municípios que compõem a Colônia Santo Ângelo se tornam semelhantes devido ao processo migratório que ocorreu nestas unidades territoriais. Agudo, Cerro Branco, Dona Francisca, Novo Cabrais e Paraíso do Sul, que fazem parte desta região, são municípios de colonização europeia, processo realizado pelo governo imperial durante o século XIX para ocupar a região sul do Brasil, com maior destaque para as etnias alemã e italiana.

A Região em estudo tem grande destaque para produção agrícola familiar, visto que ela tem como base a mão de obra dos membros que compõem suas famílias, com propriedades de médio a pequeno porte. São cultivados desde produtos para o autoconsumo, buscando alternativas na agricultura orgânica, até lavouras convencionais de arroz e tabaco, com grande utilização de agrotóxicos.

Por fim, é importante afirmar que, para caracterizar a cadeia produtiva do tabaco na região da Colônia Santo Ângelo, RS, fez-se, em um primeiro mo-

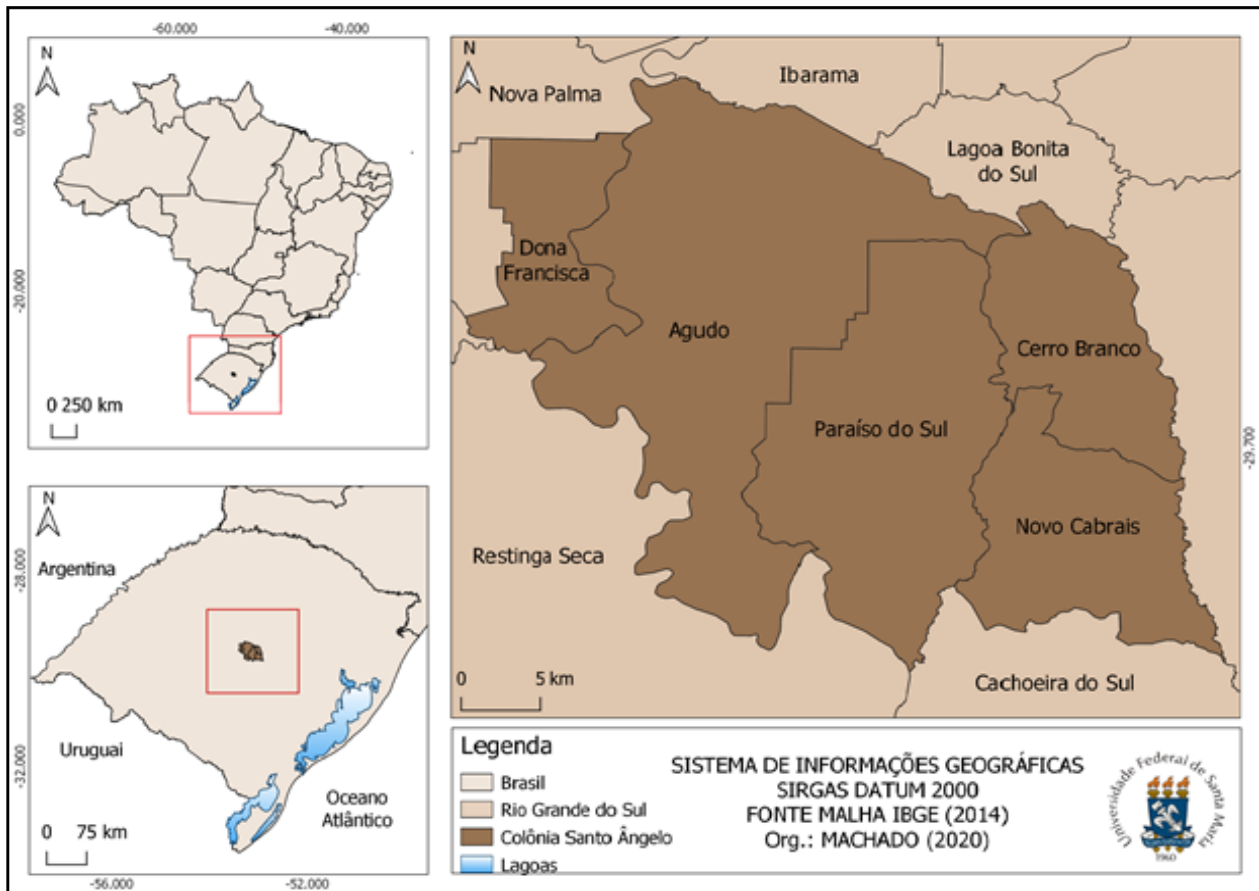
mento, a revisão bibliográfica acerca dos temas principais para o embasamento teórico do estudo a ser feito. A pesquisa também utiliza dados secundários, como os da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do RS para fazer a análise da produtividade de tabaco na região trabalhada, na escala temporal de 2000 a 2018.

Caracterização da Área de Estudo

A imigração alemã para o Rio Grande do Sul teve início em 1824 e foi desencadeada, basicamente, em função de duas políticas implementadas no Brasil, pelo Primeiro Império: a ocupação de territórios de fronteira, constantemente ameaçados por invasões dos países platinos, no Sul do país, e o estímulo ao desenvolvimento de uma agricultura voltada para produção de gêneros alimentícios, destinados ao abastecimento do mercado interno, num sistema que deveria basear-se em pequenas propriedades e na força de trabalho familiar (MAYER, 2003).

A Colônia de Santo Ângelo foi organizada pelo governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com o apoio do Império. O nome dado à ela foi uma homenagem ao seu fundador: Ângelo Muniz Ferraz, então Presidente da Província. A Colônia está localizada na Depressão Central, no centro do Estado e à beira do Rio Jacuí. Além disso, foi a 25^a colônia alemã, criada oficialmente por lei, em 30 de novembro de 1855, mas definitivamente instalada em 1857, pertencente, então, ao município de Cachoeira do Sul (WERLANG, 1995). A Figura 1 demonstra a localização da área em estudo.

Figura 1 – Localização da Colônia Santo Ângelo em relação ao Estado do Rio Grande do Sul e ao Brasil.



Fonte: Adaptado do IBGE (2014).

Org.: Denise Lenise Machado, 2020.

O território da Colônia de Santo Ângelo pertenceu, inicialmente, ao município de Cachoeira do Sul, distante da cidade cerca de 80 quilômetros e bastante próxima do Rio Jacuí, em torno de 12 quilômetros. Segundo a documentação oficial, a primeira leva de imigrantes iniciou sua viagem em junho de 1857 e chegou a terras sul-rio-grandenses em outubro do mesmo ano. No dia 28 de outubro de 1857, o primeiro grupo de imigrantes foi dirigido à Colônia de Santo Ângelo (FRIEDRICH, 2015).

Antes dos alemães, nesta região já viviam alguns luso-brasileiros, que possuíam lotes e se encontravam instalados, que auxiliavam na demarcação dos

lotes dos colonos que estavam se fixando em áreas destinadas aos imigrantes. A colonização do território por parte dos imigrantes europeus aconteceu a partir de 1860, com a chegada dos primeiros alemães trazidos pelo governo imperial para o país.

Nessa perspectiva, tem-se que, um dos municípios que fazem parte da Colônia Santo Ângelo é Dona Francisca. Algumas ilustrações do município foram inseridas no mosaico da Figura 2. Anteriormente a sua emancipação política administrativa, a atual área territorial de Dona Francisca, pertencia ao município de Cachoeira do Sul, sendo criada em 1883 com o objetivo de estabelecer a colonização dos imigrantes alemães e italianos (PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA FRANCISCA, S/D).

Figura 2 – (a) Pórtico da entrada da cidade; (b) Igreja Matriz; (c) Área urbana; (d) Área Rural e (e) Porto do Jacuí.



Fonte: (a) Página do *Facebook* do Município de Dona Francisca (Publicação do dia 29 de setembro de 2014) e (b, c, d, e) Acervo da Prefeitura Municipal de Dona Francisca (S/D).

Situado às margens à direita do rio Jacuí, na depressão central do estado do Rio Grande do Sul, distante 270 km de Porto Alegre, o município de Dona Francisca está, geograficamente, situada na latitude 29° 36' 41" S e longitude 53° 21' 03" W. Possui uma área de 105 Km², com uma população de 3.401 habitantes (dados do censo de 2010), sendo estimado para o ano de 2020 uma redução no número de habitantes, passando para 2.999 pessoas residindo nessa unidade territorial (IBGE 2010). Sua emancipação se deu em 17 de julho de 1965 e o nome do município foi uma homenagem a esposa de Manoel Gonçalves Mostardeiro, fazendeiro que loteou sua propriedade e comercializou para os imigrantes que estavam descontentes com as terras íngremes que possuíam, formando o primeiro povoado do município de Dona Francisca (PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA FRANCISCA, S/D).

Agudo, município também pertencente a Colônia Santo Ângelo, teve o desembarque de seus primeiros imigrantes em 1º de novembro de 1857, na localidade atualmente chamada de Cerro Chato, na margem esquerda do Rio Jacuí. Foi considerada o berço da Colônia Santo Ângelo, instalado pelo Governo Provincial entre os anos de 1857 e 1885 (PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO, S/D). Neste local foi construído um monumento em homenagem aos imigrantes que ali se instalaram, conforme pode ser observado no mosaico de imagens da Figura 3.

Figura 3 – (a) Pórtico da cidade; (b) Arquitetura; (c) Reconhecimento como berço nacional dos dinossauros; (d) Monumento em homenagem ao imigrante; (e) Área urbana e (f) Morro Agudo.



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Agudo (S/D).

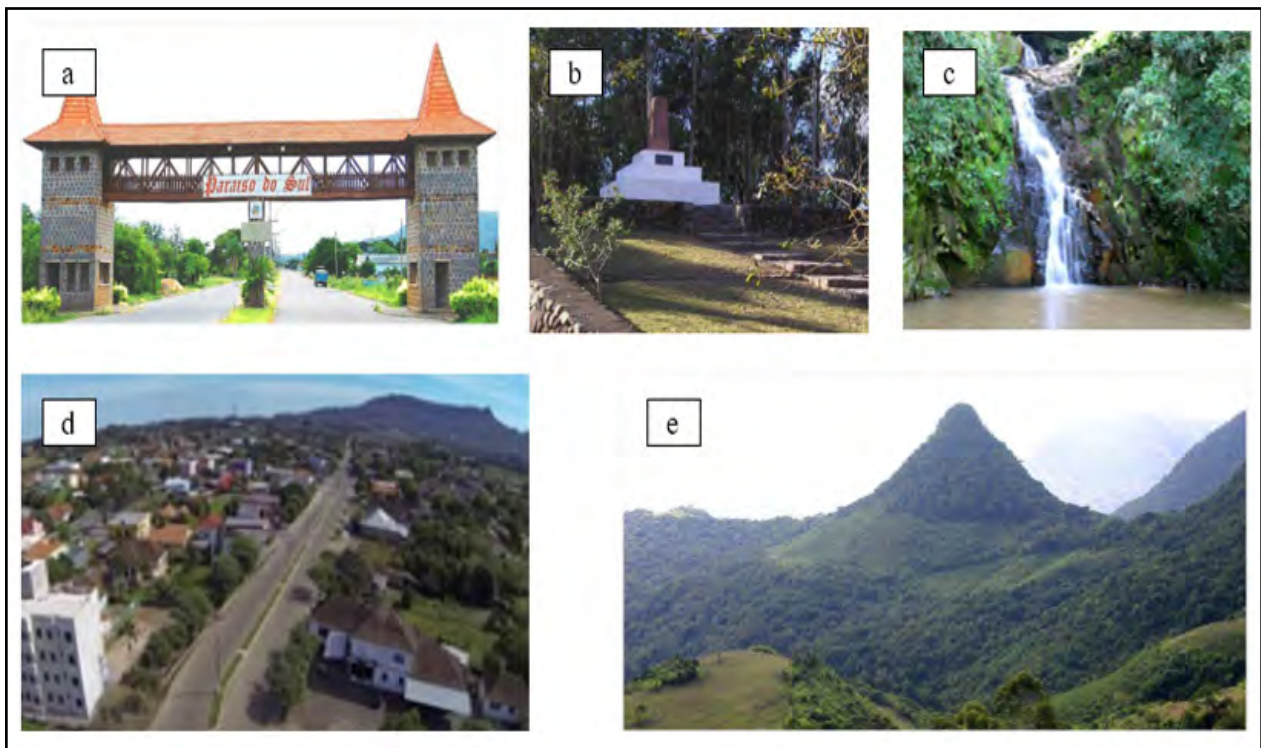
A emancipação política administrativa de Agudo, para elevar-se à categoria de município, ocorreu no ano de 1959, aos 16 dias do mês de fevereiro. Localizado na Depressão Central gaúcha, distante 240 km da capital e com 83 metros de altitude em relação ao nível do mar, o município de Agudo tem como posição geográfica as seguintes coordenadas: latitude 29° 38' 42" sul e longitude de 53° 14' 24" oeste (PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO, S/D).

O município de Agudo possui uma área territorial de 536, 114 km² e população estimada pelo IBGE, em 2020, de 16.461 habitantes. O nome desta unidade territorial deriva do Morro pontiagudo, que desponta na várzea do Rio Jacuí e encontra-se em frente a principal avenida da cidade, a Avenida Con-

córdia, e possui 429 metros de altura, conforme indica a Prefeitura Municipal (S/D).

Paraíso do Sul é a próxima área territorial pertencente a regionalização da Colônia Santo Ângelo. Foi emancipado em 12 de maio de 1988, deixando de ser um distrito de Cachoeira do Sul, elevando-se a categoria de município. Abrange uma área territorial de 333, 842 km² de extensão, com uma população de 7 336 habitantes. Localizado na região da depressão central do estado, tem como localização as seguintes coordenadas: latitude 53° 12' 00" sul e longitude 53° 12' 00" oeste (IBGE, 2010). Algumas ilustrações do município de Paraíso do Sul podem ser vistas no mosaico de imagens da Figura 4.

Figura 4 – (a) Pórtico de entrada da cidade; (b) Monumento em homenagem ao imigrante; (c) Cascata do Poço Verde; (d) Área urbana e (e) Morro solitário



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul (S/D).

A colonização do território que hoje diz respeito ao município de Paraíso do Sul aconteceu a partir de 1860, com a chegada dos primeiros imigrantes

alemães trazidos pelo governo imperial para o país, onde ocorreu a ocupação e demarcação das terras do município. No local avistado pelos imigrantes, onde começou o loteamento das terras, foi construído um monumento em homenagem aos colonizadores no ano de 1936. Este monumento está localizado na atual Vila Paraíso, interior do município. A colonização mais expressiva e notória nesta região foi a de origem alemã, mas o município também foi colonizado por imigrantes italianos que se instalaram posteriormente, por volta do ano de 1880 no local (WERLANG, 1995).

Outro município que faz parte da região da Colônia Santo Ângelo é Cerro Branco. Os primeiros imigrantes que ocuparam esta área chegaram pelo ano de 1872, oriundos da Colônia Santo Ângelo (PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO BRANCO, S/D). Na Figura 5 foram expostas algumas ilustrações do respectivo lugar em estudo.

Figura 5 – Relevo que caracteriza o município de Cerro Branco (a), cachoeira (b), espaço rural (c) e urbano (d) dessa unidade territorial

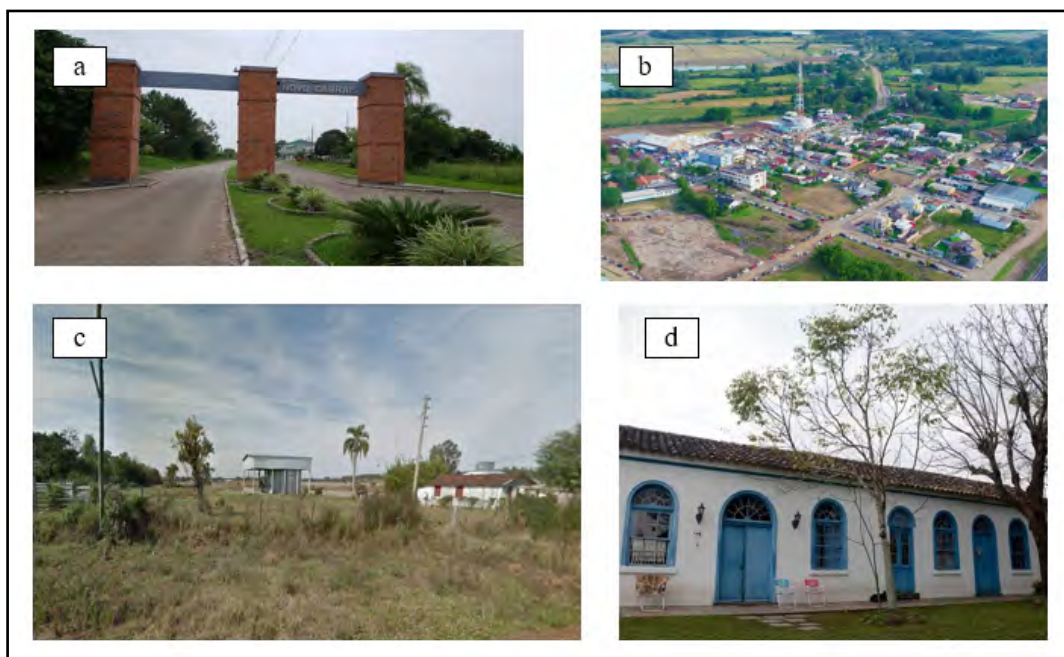


Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Cerro Branco (S/D).

O município de Cerro Branco desmembra-se de Cachoeira do Sul no ano de 1988, sendo comemorado o dia 12 de maio seu aniversário de emancipação político administrativo. Conta com 4 454 habitantes (IBGE, 2010), distribuídos por seus 158,8 km², o que lhe configura uma densidade demográfica de 28,1 habitantes por km². Situado a 276 metros de altitude, tem como posição geográfica as seguintes coordenadas: latitude 29° 38' 56" sul e longitude: 53° 02'01" oeste (PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO BRANCO, S/D).

O último e não menos importante município que faz parte da região da Colônia Santo Ângelo é Novo Cabrais. O Município, fundado em 28 de dezembro de 1995, localizado no centro do estado do Rio Grande do Sul, está distante a 208 km da capital do estado, Porto Alegre. Sua sede está a 50m de altitude e sua população é de 3.855 habitantes distribuídos em 192.290 Km², tendo uma densidade demográfica de 20,02 hab./Km². Destes 3.855 habitantes, 545 se localizam na zona urbana e 3.310 na zona rural (IBGE, 2010). Na Figura 6, observa-se algumas imagens do município.

Figura 6 – (a) Pórtico de Entrada da cidade; (b) Área Urbana; (c) Área Rural e (d) Arquitetura.



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Novo Cabrais (S/D).

Por fim, é importante lembrar que no município de Novo Cabrais predominam as etnias alemãs e italianas, que ocuparam essa área com a instalação da Colônia Santo Ângelo em meados do século XIX. O município se situa às margens da RSC 287, no Km 156 e tem como posição geográfica as seguintes coordenadas: latitude 29° 44' 24" Sul e longitude 52° 57' 42" Oeste (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO CABRAIS, S/D).

Análise da Produção de Tabaco nos Municípios da Colônia Santo Ângelo, RS

O Rio Grande do Sul é o maior produtor de fumo em folhas do Brasil, e de acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, registrou uma média de 365.884 toneladas/ano no triênio 2016-2018. Lembra-se que a Colônia Santo Ângelo é grande contribuinte para esse status, representada principalmente pela pequena propriedade familiar.

O tabaco já estava presente no território brasileiro desde o período de colonização, pois era utilizada pelos povos indígenas e considerada uma planta mágica com características alucinógenas, sendo utilizado para fins de comercialização, somente a partir do século XX. Conforme Dutra (2015),

O fumo é uma cultura agrícola típica de estruturas fundiárias de pequenas propriedades, com emprego intensivo de mão-de-obra. A cultura do tabaco já estava presente na agricultura colonial, mas até o início do século XX era pouco expressiva do ponto de vista das áreas plantadas e dos volumes de produção. Após as duas primeiras décadas do século XX, ele passou a fazer parte da pauta das exportações do estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente concentrando-se na região do Vale do Rio Pardo, posteriormente espalhando-se para alguns municípios do centro-norte gaúcho, mas fundamentalmente no centro-sul de nosso estado [...] (DUTRA, 2015, p. 68).

De relevância econômica e contribuindo para geração de renda, tanto na região Sul como em outras regiões do território brasileiro, o cultivo do tabaco, conforme a Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE do ano de 2016, concentrou

mais de 50% do total de valor bruto de produção para mais de 71 municípios do Brasil. Esse resultado ultrapassou até mesmo culturas como laranja, cacau, uva, algodão e trigo.

Conforme o relatório de 2019 da Sinditabaco, a alta rentabilidade do fumo em pequenas áreas permite que essa tradição centenária seja a principal atividade econômica de pequenas propriedades familiares, o que viabiliza a permanência das famílias no campo. Tal fato confere ao Brasil a posição de segundo lugar mundial no ranking de produção de tabaco em folha, sendo que, a partir de 1993, o país passou a ser o maior exportador desse produto no mundo (SILVEIRA, 2015). No Quadro 1 pode-se observar a evolução anual de área plantada e quantidade produzida de fumo no Brasil e RS, da escala temporal de 2008 a 2018.

Quadro 1 - Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de fumo em folha no BR e RS, de 2008 a 2018

Ano	Brasil		Rio Grande do Sul	
	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (hectares)	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)
2008	432.697	851.058	216.196	445.507
2009	443.239	863.079	221.849	443.813
2010	450.079	787.817	220.512	396.861
2011	454.521	951.933	223.867	499.455
2012	410.675	810.550	202.731	396.861
2013	405.671	850.673	203.823	430.905

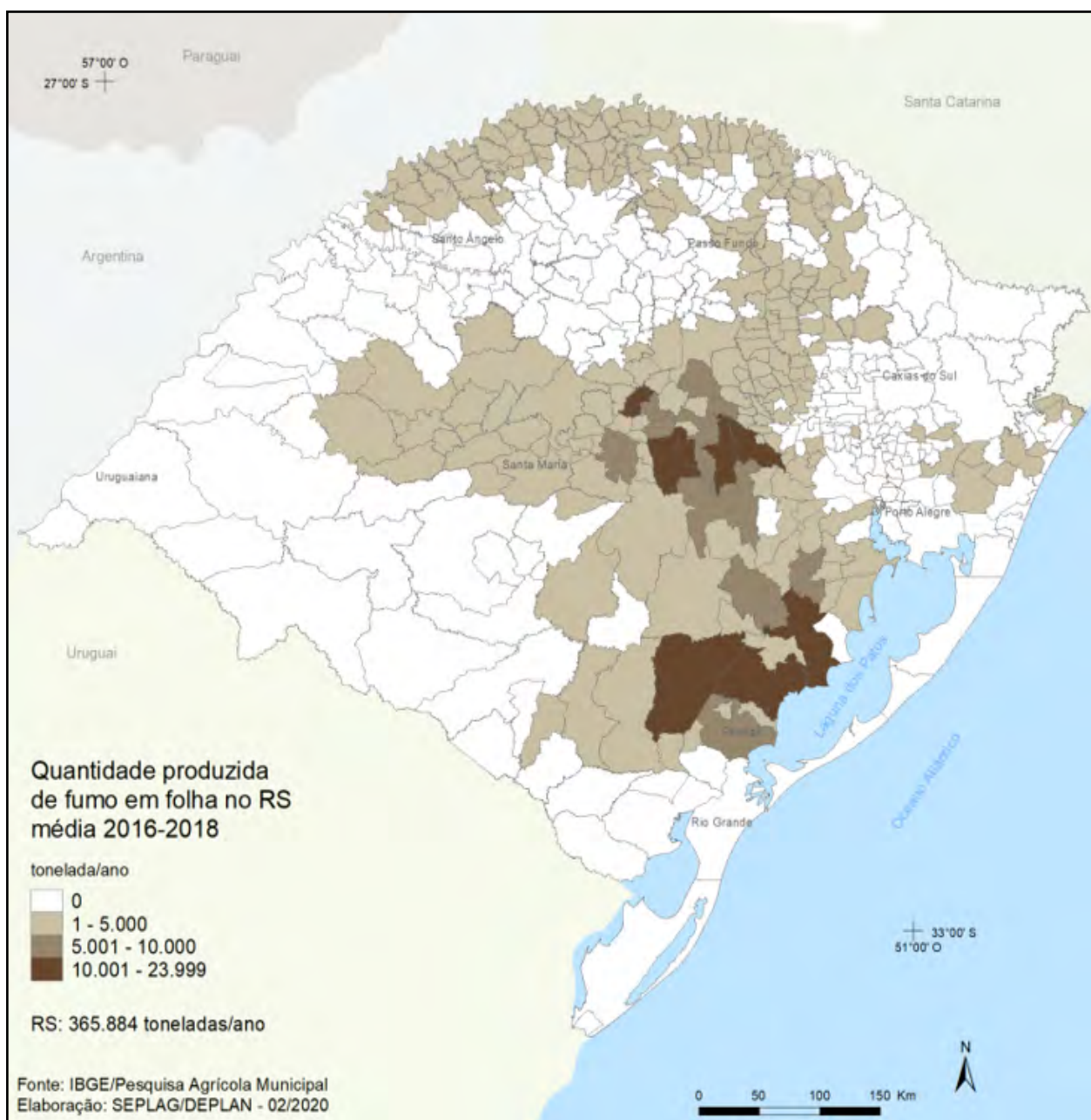
2014	416.668	862.396	205.306	412.618
2015	406.377	867.355	199.961	414.932
2016	383.765	677.472	185.249	325.305
2017	391.890	865.620	189.369	414.488
2018	361.319	762.266	180.819	357.860

Fonte: Adaptado do Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/fumo>. Acesso em: 01 de set. de 2022.

No Quadro 1, é possível observar comparar a produção de tabaco a nível nacional e estadual. Essa cultivar desempenha papel fundamental na economia e como fonte de renda principal de muitas famílias. Outro aspecto interessante que merece destaque e está aparente na Figura 7 é a relação área plantada x quantidade produzida não ser proporcional e variar por diversos fatores regidos principalmente pelo clima, fator esse excepcional para definir safras mais ou menos rentáveis.

Este último fator destacado pode ser essencial para a manutenção da cultura, além de inovações tecnológicas que auxiliam nos processos que vão desde a peletização das sementes até a secagem e venda do produto. Segundo dados disponibilizados pela Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA, 2009), citada por Silveira, Dornelles e Ferrari (2012), houve um significativo aumento das propriedades produtoras de tabaco, passando de 92.290 para 185.810 propriedades no período de 1985 a 2005.

Figura 7 - Quantidade produzida de fumo em folha, média 2016-2018–RS



Fonte: Adaptado do Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/fumo>. Acesso em: 01 de set. de 2022.

No mapa da Figura 7, pode-se observar que as três regiões com maior força na cadeia produtiva no estado são, respectivamente, Santa Cruz do Sul, Pelotas e Camaquã. Estas regiões concentram grandes empresas que trabalham no processamento do tabaco, disponibilizando também financiamento aos produtores e insumos agrícolas para a produção, facilitando o acesso a mecanis-

mos que podem aumentar a produtividade das lavouras.

Dutra e Hilsinger (2013, p. 31) afirmam que “[...] em determinadas regiões do Brasil, em especial do estado do Rio Grande do Sul, a fumicultura é uma das principais atividades econômicas com geração de empregos no meio urbano, mas fundamentalmente no meio rural”. Por necessitar de uma grande disponibilidade de mão de obra em todas as etapas de produção e de um dedicado acompanhamento para o seu desenvolvimento, o cultivo do tabaco tem como marca o sistema de produção familiar, a monocultura e a ocupação de pequenas áreas próximas às residências. Tais fatores contribuem para a justificativa de ser uma cultura típica da região, com unidades de pequeno porte e mão de obra familiar, favorecendo esse tipo de produção neste local.

A região de Santa Cruz do Sul é a grande receptora da cadeia produtiva do tabaco na colônia de Santo Ângelo. Porém, há empresas instaladas em outros municípios em torno da regional santa-cruzense que vem crescendo e investindo na compra do tabaco, favorecendo a manutenção da cultura no estado. Nas Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5 pode-se observar a progressão dos dados obtidos na relação área colhida x área plantada, e o rendimento médio do kg/há, além do valor de produção em cada município da região da colônia de Santo Ângelo.

Tabela 1 - Dados sobre a cadeia produtiva de tabaco em Dona Francisca, RS

	Área Colhida (ha)	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Valor de Produção (R\$ mil)
2000	350	350	595	1.700	1.857
2010	430	430	451	1.049	3.217
2018	420	420	630	1.543*	5.040

*Dados do ano de 2017.

Fonte: FEE (2018).

Org.: Denise Lenise Machado, 2020.

Tabela 2 - Dados sobre a cadeia produtiva de tabaco em Agudo, RS.

	Área Colhida (ha)	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Valor de Produção (R\$ mil)
2000	3.400	3.400	7.650	2.250	24.480
2010	5.800	5.800	8.120	1.400	57.950
2018	4.500	4.500	9.000	2.200*	72.000

*Dados do ano de 2017.

Fonte: FEE (2018).

Org.: Denise Lenise Machado, 2020.

Tabela 3 - Dados sobre a cadeia produtiva de tabaco em Paraíso do Sul, RS

	Área Colhida (ha)	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Valor de Produção (R\$ mil)
2000	2.100	2.100	4.305	2.050	6.935
2010	3.200	3.200	4.800	1.500	29.851
2018	2.650	2.650	4.240	2.310*	33.920

*Dados do ano de 2017.

Fonte: FEE (2018).

Org.: Denise Lenise Machado, 2020.

Tabela 4 - Dados sobre a cadeia produtiva de tabaco em Cerro Branco, RS

	Área Colhida (ha)	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Valor de Produção (R\$ mil)
2000	1.400	1.400	3.080	2.200	4.962
2010	1.950	1.950	3.120	1.600	19.642
2018	1.400	1.400	2.380	2.200*	19.040

*Dados do ano de 2017.

Fonte: FEE (2018).

Org.: Denise Lenise Machado, 2020.

Tabela 5 - Dados sobre a cadeia produtiva de tabaco em Novo Cabrais, RS

	Área Colhida (ha)	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Valor de Produção (R\$ mil)
2000	1.350	1.350	2.970	2.200	4.785
2010	1.600	1.600	2.520	1.575	15.860
2018	1.220	1.220	2.440	2.000*	19.520

*Dados do ano de 2017.

Fonte: FEE (2018).

Org.: Denise Lenise Machado, 2020.

No geral, percebe-se, nas Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5, que apenas um dos municípios da região da Colônia Santo Ângelo reduziu a área colhida e plantada de tabaco (do ano de 2000 para 2018), que foi Novo Cabrais (que passou de 1.330 para 1.220 hectares). Os demais municípios mantiveram ou aumentaram as áreas de cultivo nessa escala temporal. No entanto, observa-se que as maiores áreas plantadas e colhidas para todos os municípios da região se deram no ano de 2010, embora todos eles também acabassem diminuindo o número de hectares para a cadeia produtiva do tabaco no ano de 2018.

Ao observar as Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5, percebe-se também, que apenas dois municípios da Colônia Santo Ângelo aumentaram a sua produtividade em toneladas de tabaco do ano de 2000 para 2018, que foram Dona Francisca (595 para 630 toneladas) e Agudo (7.650 para 9000 toneladas). Paraíso do Sul passou de 4.305 para 4.240 toneladas, Cerro Branco de 3.080 para 2.380 toneladas e Novo Cabrais de 2.970 para 2.440 toneladas de tabaco na escala temporal de 2000 a 2018.

Pode-se notar pela Tabela 2, por exemplo, sobre o município de Agudo, que o ano com menor área colhida e plantada (2000), obteve o maior rendimento médio entre os períodos analisados, mesmo com a quantidade produzida menor que os demais períodos. Este fato, se deve pela irregularidade e incerteza que os produtores têm diante ao clima, que é um fator indispensável para a produção e ao preço agregado, que varia de acordo com a quantidade do produto.

Não se deve negar a influência das sucessões dos estados de tempo da região sobre a cadeia produtiva do tabaco, uma vez que, conforme ressalta Duarte e Wollmann (2017, p. 232), “[...] é evidente que períodos de seca extrema ou de severas anomalias climáticas podem prejudicar a produção e todas as atividades socioeconômicas dela dependentes.” Além disso, os autores comentam que “Existe uma ampla relação entre clima e produção de tabaco, pois acontece que as práticas agrícolas são extremamente dependentes das variações atmosféricas [...]” (DUARTE; WOLLMANN, 2017, p. 232). As variações repetem em praticamente todos os municípios da colônia Santo Ângelo, conforme pode ser visto nas Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5, reforçando como os fatores climáticos são responsáveis pela boa produção do tabaco e em colheitas mais rentáveis na relação kg/há.

Ademais, nota-se que os municípios da Colônia Santo Ângelo que produzem tabaco são Agudo e Paraíso do Sul, com médias que variam de 5.001 a 10.000 toneladas produzidas anualmente, sendo que a maior produção, por área cultivada, está presente em Agudo. Paraíso do Sul é o segundo maior produtor da região, e apesar de sua área de produção e área plantada ser menor que a de Agudo, seu rendimento médio foi maior em relação ao município vizinho (dados equivalentes ao ano de 2017). Cerro Branco e Novo Cabrais se assemelham em área produtiva e em seus valores quanto ao rendimento de produção,

enquanto que o município de Dona Francisca, embora tenha aumentado as toneladas produzidas de 2000 para 2018, é o que menos investe na cultura de fumo, conforme mostram as Tabelas analisadas.

Apesar desses resultados dos últimos anos, a cultura do tabaco vem sendo ameaçada pelas políticas de substituição e diversificação de cultura no estado do Rio Grande do Sul, principalmente pela cultura da soja, e pela tendência de queda no seu consumo mundial, impostas pelas restrições adotadas pelos principais países consumidores. Caberá à colônia Santo Ângelo, a partir dessa nova realidade, adequar-se às novas economias de mercado, substituindo e diversificando sua cultura para manter o seu equilíbrio econômico, não necessariamente abandonando a cultura e cultivo do tabaco, pois está faz parte das raízes de seus municípios.

Considerações Finais

Desde a colonização, o plantio do tabaco na região da colônia Santo Ângelo tornou-se fonte de sustento para muitas famílias. A demanda de muita mão de obra e necessidade de produzir basicamente todo o necessário para a sobrevivência moldou as famílias da região e as instigou a seguirem na cultura do tabaco, mesmo com todas as dificuldades impostas pela sua produção.

A caracterização dos municípios também é parecida. Isso vai desde o aspecto da colonização e o desenvolvimento dos aspectos culturais até sua configuração atual de município, com expressiva maioria da população residindo nas áreas rurais, cultivando e vivenciando em espaços geograficamente parecidos e proporcionando vivências distintas dos demais espaços do território brasileiro.

A rentabilidade do tabaco não é homogênea e molda-se de acordo com os avanços tecnológicos e necessidades de produção de cada região, aumentando a produtividade de acordo com as melhorias implantadas para facilitar o cultivo do tabaco, mesmo com a diminuição no número de indivíduos por família. O clima é um dos fatores determinantes na produção. Em um período onde as condições atmosféricas são favoráveis a rentabilidade da produção será maior, mesmo se a área cultivada seja mais pequena. Este fator pode gerar incertezas aos produtores, que seguem sempre acreditando em safras melhores para o sustento de suas famílias, alimentando a agricultura familiar e a economia da região de Santo Ângelo.

Referências

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/fumo>. Acesso em: 01 de set. de 2022.

BEZZI, M. L. **Região:** uma (re)visão historiográfica - da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: ed. da UFSM, 2004.

DUTRA, É. J. S. **A fumicultura no Passo dos Oliveiras, Canguçu RS:** consequências na reorganização do setor agrário. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2015.

DUTRA, É. J.; HILSINGER, R. A cadeia produtiva do tabaco na região Sul do Brasil: aspectos quantitativos e qualitativos. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, RS, V. 17, n. 3, set./dez. 2013.

DUARTE, V. A.; WOLLMANN, C. A. Análise as adversidades climáticas na produção de tabaco na bacia hidrográfica do Alto Jacuí/RS. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 39, p. 218-233, 2017.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **FEE dados**. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!/home/unidadesgeograficas/coredes>
Acesso em: jan.2021.

FRIEDRICH, F. H. **Gastronomia e Imigração Alemã na Região Central do Rio Grande Do Sul:** Colônia De Santo Ângelo (Segunda Metade Do Século XIX). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades.** 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 9 jan.2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Pesquisa Agrícola Municipal, 2016. Disponível em: <https://ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 13 jan. 2021.

MAYER, D. E. E. **Língua e religião instituintes da nacionalidade:** cultura teuto-brasileiro – evangélica no Rio Grande do Sul. In: Migração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem e educação. Orgs. CUNHA, J. L.; GÄRTNER, A. Santa Maria: ed. da UFSM, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO. Disponível em: <https://agudo.rs.gov.br> Acesso em: 09 jan. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO BRANCO. Disponível em: <https://www.pmcerrobranco.rs.gov.br> Acesso em: 09 jan. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA FRANCISCA. Disponível em: <https://www.donafrancisca.rs.gov.br> Acesso em: 09 jan. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO CABRAIS. Disponível em: <https://novocabrais.rs.gov.br> Acesso em: 09 jan. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO SUL. Disponível em: <http://www.paraisosul.rs.gov.br> Acesso em: 09 jan. 2021.

SINDITABACO. **Tabaco:** relevância econômica e social. 2019.

SILVEIRA, R. L. L.; DORNELLES, M; FERRARI, S. Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil (1996 - 2006): Características, mudanças e persistências na produção do tabaco e nos usos do território. **Revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales**. Vol. XVII, nº 987, 5 de agosto de 2012.

SILVEIRA, R. L. L. A cultura do tabaco na Região Sul do Brasil: dinâmica de produção, organização espacial e características socioeconômicas. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 23-40, maio/ago., 2015.

WERLANG, W. **História da Colônia Santo Ângelo**. Santa Maria: Pallotti, 1995. v.1.

CAPÍTULO 4

TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL: A OCUPAÇÃO URBANA DO RIO JAGUARI, NO MUNICÍPIO DE JAGUARI, RIO GRANDE DO SUL- BRASIL

Isabela Mello

Ivanio Folmer

Ane Carine Meurer

Doi: 10.48209/978-65-5417-060-3

Introdução

As transformações territoriais ocorridas no campo e na cidade trazem grandes mudanças na contextualização da transformação urbano e rural. A industrialização do campo significa o fim do habitat rural, e este fenômeno impacta diretamente nas cidades, indiferente de sua escala. Estes impactos significam a transformação dos territórios e paisagens. Fato este em evidencia a partir dos anos 2000 com maior intensidade.

Para Gottmann (2012), o território é gerado por indivíduos que organizam o espaço segundo seus próprios objetivos. Da mesma forma, Marcelo José Lopes de Souza (1996) apresenta o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Neste sentido, Santos (1978) sugere:

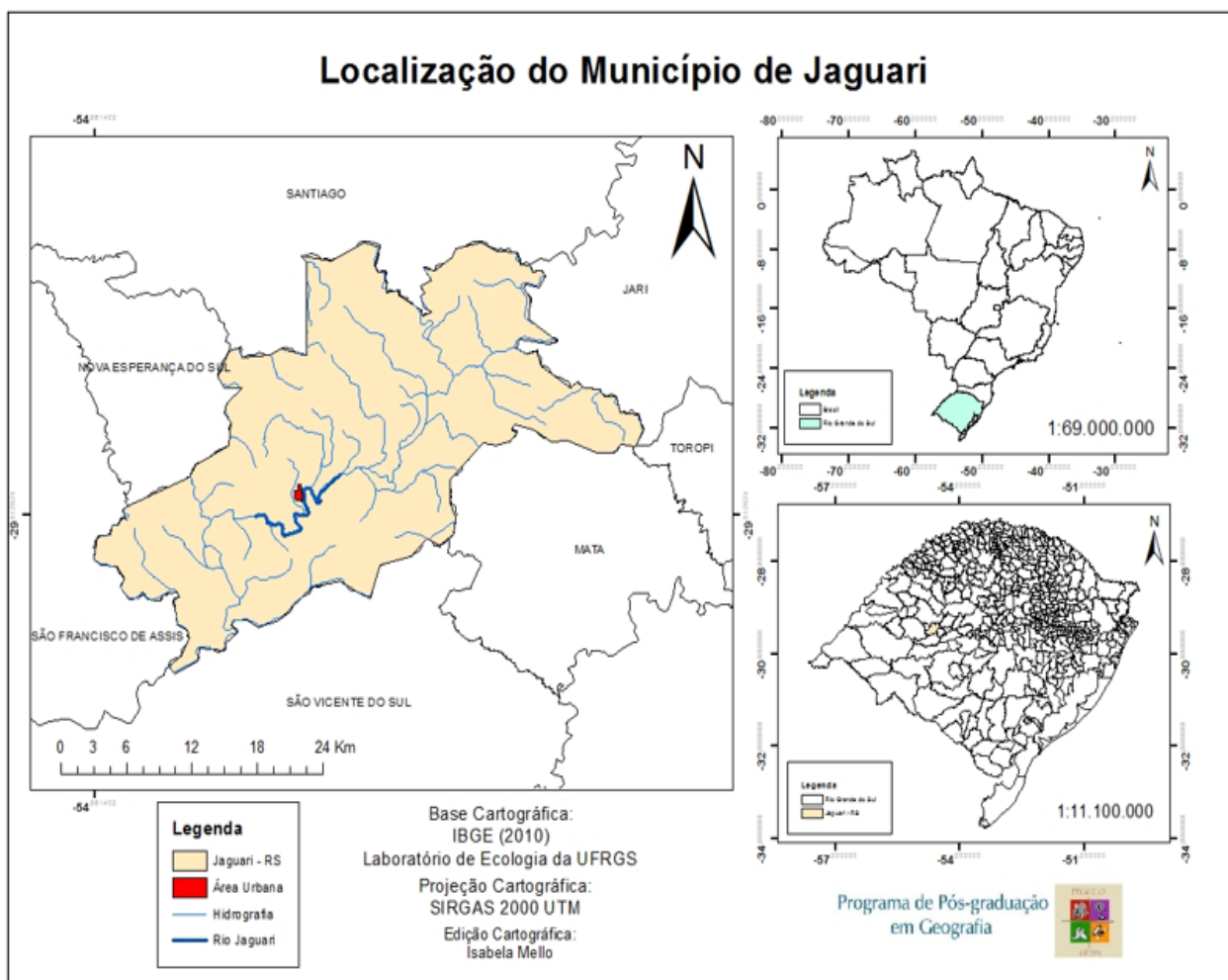
O território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo (Santos, 1978 p. 86).

É de conhecimento da comunidade geográfica que o surgimento das cidades se deu especialmente às margens dos rios, sendo eles os responsáveis integralmente pela formação das civilizações. A água deste modo é um bem requisitado pelos sujeitos desde o início das civilizações: Água para o consumo, Água para Higiene, Água para o transporte de pessoas, e materiais.

Em Jaguari, na região central do Estado do Rio Grande do Sul (Mapa 1) aconteceu exatamente este fenômeno. Os primeiros agrupamentos urbanos foram acontecendo às margens do Rio que dá nome a da cidade.

Considerada uma cidade de pequeno porte, Jaguari está localizada a aproximadamente 102 km de Santa Maria - RS e 400 km da capital do estado, de Porto Alegre – RS e possui uma área geográfica de 861,4 km², com uma altitude de 112 metros. Com aproximadamente 11.500 habitantes, segundo o último Censo do IBGE, Jaguari é conhecida como a cidade das belezas naturais. O rio Jaguari faz parte da Bacia Hidrográfica do Ibicuí, corta a cidade do início ao fim, tendo em média 1,7 km de extensão junto à área urbana do município.

Mapa 1 - Localização do Município de Jaguari – RS/Brasil.



Fonte: Mello, Isabela (2020).

A região central do Estado é composta por municípios que possuem características semelhantes, desde o processo de colonização, até a ocupação e uso do solo, onde as quais, são de fato os grandes agentes que dão formas aos territórios e alteram suas paisagens.

A microbacia do Rio Jaguari encontra-se no perímetro urbano do município de Jaguari, compreendendo quatro bairros. Em períodos de cheias, a população que reside em áreas de várzea nesses bairros é afetada pelas águas das chuvas. Cerca de 50 famílias são periodicamente atingidas, totalizando em média 200 pessoas. (Lixinski e Mello, 2016).

O objetivo deste texto é problematizar e discutir sobre os sujeitos que são afetados constantemente pelo volume de água dos rios, no período de cheias. Essa problematização acontece pela inquietação dos pesquisadores acerca da realidade que visualizam: Todos os anos, várias vezes por ano esses sujeitos precisam sair de suas casas, retirando tudo o que conseguem com o auxílio da defesa civil, e após o recuo da água, estes sujeitos voltam ocupar suas casas¹.

Desta forma, cria-se a hipótese que esses sujeitos compõem a classe das populações tradicionais, sendo chamados de ribeirinhos, já que são sujeitos que fazem parte de um processo de exclusão social.

Para que pudéssemos chegar a um esclarecimento, utilizou-se pesquisa a campo com aplicação de questionários para conhecer previamente quem são os sujeitos que ocupam as margens do Rio Jaguari, no município de Jaguari, RS, Brasil.

Antecipadamente, podemos compartilhar que essa população urbana, nem sempre residiu neste local, nota-se que esses sujeitos estão ali inseridos a bastante tempo, entretanto, são sujeitos que vieram do espaço rural, logo no início do processo de industrialização e expansão da agricultura hegemônica, em especial a soja, no município, assim, não há mais espaços para esses sujeitos no campo, com isso pensa-se que o agronegócio e produção em larga escala, são efetivados através de uma hegemonia do capital (HARVEY, 2009).

Desdobramentos acerca do Território de Jaguari, Rio Grande do Sul, Brasil

O espaço rural e urbano em cidades pequenas encontra-se bastante difundido, uma vez que o passaram por profundas transformações a partir da segunda metade do século XX, que resultaram em novas dinâmicas multidi-

mensionais (econômicas, sociais, culturais e políticas) nas relações entre esses recortes territoriais, impondo a necessidade de ressignificações aos conteúdos de rural e urbano.

O município de Jaguari/RS conta com áreas de relevo montanhoso e de planície. Onde, a parte mais elevada são ocupadas por uma determinada população. Do mesmo modo, as áreas de planícies são ocupadas por sujeitos que apresentam um perfil diferente. Usualmente, os sujeitos que ocupam áreas baixas, delimitadas pela rede hidrográfica, são denominados de ribeirinhos.

Como afirma Arruda, ribeirinhos são populações que:

Apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável. Essas populações – caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes – em geral ocupam a região há muito tempo, não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de uso comunitário, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente. (Arruda, 2000, p, 89).

Da mesma forma, é perceptível que estas populações têm uma ligação muito forte com o rio, onde ele faz parte integralmente de suas vidas pelo fato de necessitarem dele para desenvolverem suas atividades de autoconsumo.

No entanto, enfrentam-se dificuldades no levantamento e discussões sobre essas comunidades, onde hoje, é visível o abandono social, obrigando esses sujeitos pertencentes a grupos específicos a ficar fora da sociedade, mesmo nela estando inseridos.

Em Jaguari/RS, algumas políticas públicas exercem algumas ações (estas, serão explicitadas ao longo do texto) para amenizar os impactos proferidos

contra os sujeitos que residem a beira do Rio Jaguari, que se localizam especialmente nos bairros Sagrado Coração de Jesus, no Centro da Cidade, e no bairro Rivera, entretanto, essas ações governamentais estão longe de alcançar uma totalidade em suas resoluções.

O município em quase toda a sua extensão é banhado pelo Rio Jaguari, e o desenvolvimento econômico município sempre esteve atrelado ao rio, onde o mesmo atravessa a área urbana do município, possuindo cerca de 1,7 km.

Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA, 2014), a área de drenagem do Rio Jaguari possui em torno de 2.320 km². Além do canal principal do rio Jaguari, há uma sanga, denominada de Curtume, afluente do rio Jaguari, por sua vez também passa pela cidade, e, esta, quando represada, é alvo, das inundações que ocorrem no município.

Os agrupamentos dos sujeitos que residem em torno do rio, aqui também chamados de ribeirinhos constituem-se em áreas de planícies, as quais são mais propensas aos impactos das grandes cheias e a incidência das inundações. Esse fator influencia a classe média e alta a se afastarem das áreas urbanas definidas como área de risco, fazendo com que a especulação imobiliária sobre as áreas mais nobres da cidade pressione a população menos favorecida a ocupar os ambientes naturais impróprios para moradia (Coelho, 2001).

Sabe-se então, que nestas áreas as enchentes causam grandes prejuízos aos atingidos, tornando difícil a remoção dos flagelados e seus pertences para locais seguros; consolidando assim uma expansão urbana caracterizada por desigualdades sócio territoriais e uma segregação espacial das populações de baixa renda.

Vários são os motivos que levam uma determinada população a se ins-

talar em áreas consideradas com riscos ambientais. Entre alguns exemplos, pode-se destacar a falta de condições financeiras para adequarem-se às áreas com melhor infraestrutura, fato que pode estar ligado a especulação imobiliária (SANTOS; CHAVES, 2009).

Quando pessoas passam a ocupar áreas passíveis de enchentes e escorregamentos elas se tornam vulneráveis a estes eventos naturais, assim, vulnerabilidade é o grau de perda para um dado elemento ou grupo dentro de uma área afetada por um processo (Brasil, 2004).

Segundo (Brasil, 2007) no contexto das cidades brasileiras, essas áreas correspondem a núcleos habitacionais de baixa renda ditos assentamentos precários ou subnormais. A Política Nacional de Defesa Civil (Brasil, 2000) aponta alguns tipos de vulnerabilidades dentre elas a vulnerabilidade social que se distingue em aspectos socioeconômicos como: nível de renda e as condições estruturais dos domicílios, os aspectos socioculturais e sociopolíticos. Tal afirmação comprova a carência socioeducacional e socioeconômica da população que é atingida frequentemente pelas inundações.

Deste modo, em Jaguari/RS acontece por ano em torno de três cheias do rio, segundo o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID, do Governo Federal, tais eventos estão relacionados na Figura 1, onde estão ilustrados os pedidos de “ajuda” do município nos anos de 2015 e 2016. Estes mobilizam a defesa civil e a comunidade que habita em torno do rio.

Figura 1 – Relatório do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres –

S2ID.

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

Relatório Gerencial - Danos Informados

Data Inicial: 01/01/2014 Data Final: 01/01/2015 Estado: RS

1. DETALHAMENTO DE DANOS

UF	Município	COBRADE	População	Mortos	Feridos	Enfermos	Desabrigados	Desalojados	Desaparecidos	Outros afetados	Total afetados
RS	Jaguari	12200 - Enxurradas	11.478	0	0	0	8	7	0	4.300	4.315

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

Relatório Gerencial - Danos Informados

Data Inicial: 01/01/2016 Data Final: 31/12/2016 Estado: RS

1. DETALHAMENTO DE DANOS

UF	Município	COBRADE	População	Mortos	Feridos	Enfermos	Desabrigados	Desalojados	Desaparecidos	Outros afetados	Total afetados
RS	Jaguari	12200 - Enxurradas	11.478	0	0	0	45	100	0	3.000	3.145

Fonte: Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID, Governo Federal.

Com o movimento das águas crescentes a população se vê obrigada a sair de suas casas, enquanto no município é declarado situação de emergência. Logo, percebe-se que a ausência de medidas para redução dos efeitos dos desastres, acaba aumentando a intensidade, a magnitude e a frequência dos impactos.

Aspectos Demográficos e Econômicos do Município de Jaguari/RS

O município de Jaguari é considerado um município de pequeno porte, referindo-se aos índices populacionais, o município vem sofrendo um decréscimo nas últimas décadas. De acordo com Simmi (2002) em 1950, a população total do município era de 18.737, e se manteve estável até 1970, nas décadas

seguintes houve um decréscimo de 33,3% na população total, chegando aos anos 2000 com 12.489 habitantes, e atualmente o município conta com uma população de aproximadamente 11.473 habitantes (IBGE, 2010).

Uma possível justificativa para esse fenômeno dentro do município é o êxodo rural², onde grande parte da população do campo começa a se deslocar para a zona urbana e para as cidades mais próximas em busca de melhores oportunidades de emprego e renda. A saída do campo para a cidade é um evento bastante recorrente nos espaços rurais, consolidando um processo hegemônico no campo, onde há uma dominação de uma agricultura capitalista e seus modos de produção sob os sujeitos que não conseguem acessar essa forma de produzir. Quando os sujeitos que moram no campo, se direcionam para a cidade, não encontram espaço para adentrarem no espaço urbano deste município, o mesmo se articula e se direciona para municípios vizinhos.

Esse aspecto demográfico impacta diretamente na economia do município, onde a base da economia se dá através da agricultura e pecuária, estas, sendo as maiores fontes de arrecadação do município.

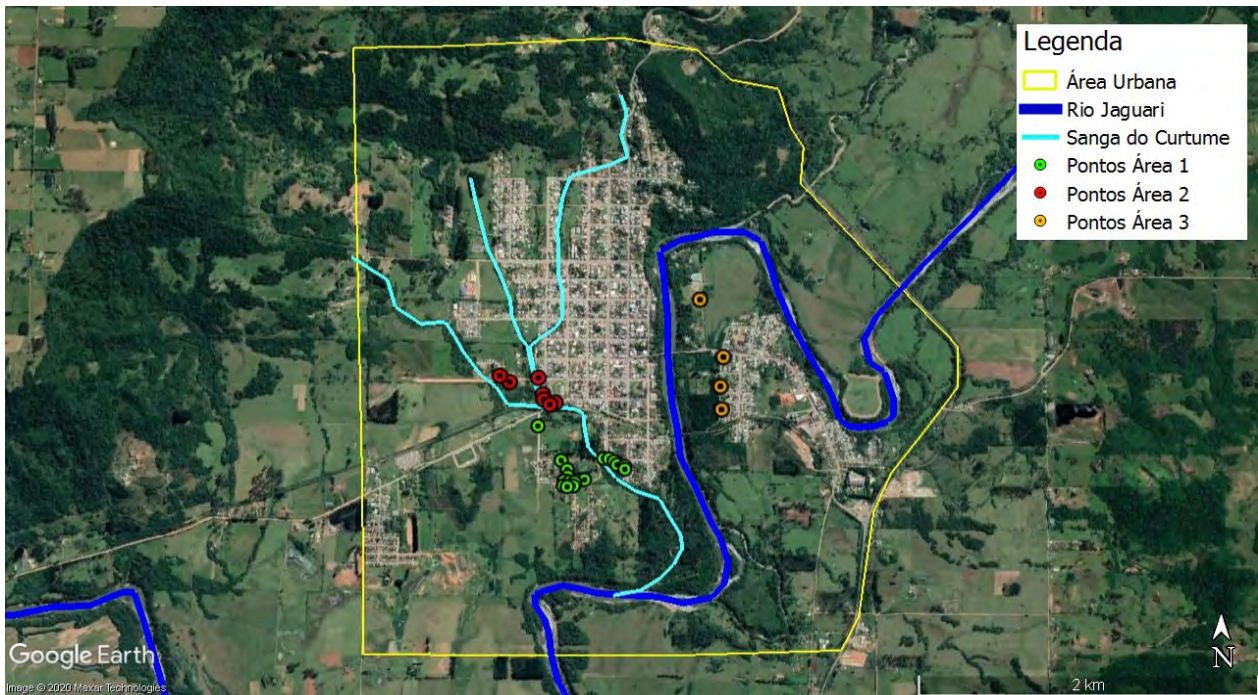
Outros setores ainda geram boas arrecadações, como a produção de vinhos, o comércio, a prestação de serviços e ainda, o turismo. O município é conhecido como a cidade das belezas naturais, com diversas cachoeiras, trilhas ecológicas e festas populares que atraem diversos turistas.

Novas Dinâmicas Multidimensionais do Território

² **Êxodo rural** é o termo pelo qual se designa a migração do campo por seus habitantes, que, em busca de melhores condições de vida, se transferem de regiões consideradas de menos condições de sustentabilidade a outras, podendo ocorrer de áreas rurais para centros urbanos.

A partir dos encontros com a população que vive às margens do rio Jaguari, da aplicação de questionários e coleta de pontos GPS³, possibilitou-se a confecção de um mapa dos pontos de residências que constituíram o estudo (Figura 2).

Figura 2 – Pontos das residências da população entrevistada.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

O questionário aplicado propunha realizar a caracterização socioeconômica dos atingidos por inundação, a fim de estabelecer o entendimento da relação dos mesmos com o território. Sendo assim, compreendemos, ao desenvolver da pesquisa que as concepções de território que melhor explicam a realidade estudada estão amparadas conforme Raffestin (1993) e Moraes (1984).

Raffestin afirma que a produção do território se dá a partir de relações de poder que envolvem a sociedade, sendo elas, econômicas, culturais, educacionais, políticas, estruturais e socioafetivas. Moraes complementa a ideia de Raffestin ao afirmar que há uma relação estreita entre a população e o território, no

momento em que os sujeitos passam a se apropriar deste espaço ao seu modo de vida.

Percebeu-se de 70% dessa população reside a mais de 10 anos neste local e não tem pretensão de sair, já que 96% dos possui residência própria.

Mesmo com as grandes problemáticas que se apresentam nesta comunidade, ainda assim é um local procurado por moradores. A mudança na paisagem é visível, segundo relatos dos moradores, que percebem a diminuição das áreas verdes que circundam o rio. Há uma relação com o território onde estão inseridos, todavia, não há uma ligação afetiva no que tange o cuidado, a preservação do ambiente que moram.

Cem por cento da população entrevistada já sofreu com as inundações, e 82,61 % precisaram sair de sua residência. Ainda, dentre as famílias entrevistadas, 42 % delas, relatam ter sido vítimas das inundações mais de 3 vezes. Fato que corrobora com o relatório do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID.

Em termos estruturais, não existe saneamento básico, em 100% dos entrevistados possuem fossa séptica e não possuem redes de esgoto, algumas áreas o esgoto corre a céu aberto, porém em contraponto todos recebem água tratada da Companhia Rio-grandense de Saneamento – CORSAN.

O município, até o momento não possui um Plano Diretor⁴, pois este instrumento só é obrigatório para municípios com mais de 50 mil habitantes, mas segundo o documento que dispõe sobre as Delimitações do Território Urbano Municipal de 1989, as terras onde se encontra o bairro Sagrado Coração de Jesus não faziam parte do perímetro urbano do município, sendo incorporado, somente na data da Lei Municipal nº 1.836 de 31 de outubro de 1989.

Sendo assim, a falta de infraestrutura e o descaso da administração muni-

principal para com a população desta área do município nos faz levantar a questão de segregação, social e espacial destes indivíduos.

No âmbito de reparação dos danos causados pelas inundações, o que se apresentam são apenas medidas estanques, que são postas em prática momentaneamente, entretanto, em nenhum momento ficou evidente a discussão dessas questões no âmbito geral, pensando em uma realocação desses sujeitos que sofrem grandes consequências com o curso normal dos rios.

Do mesmo modo, não é evidente nenhum programa de recuperação ambiental, ou que esteja minimamente preocupado com a condição do meio ambiente. Mesmo que, o cenário ambiental seja atrativo para turistas que vem de outros municípios.

Considerações Finais

Os resultados apontam que as populações residentes em áreas de risco apresentam condições socioeconômicas e socioculturais relativamente baixas, sem condições financeiras e psicológicas de sair da situação de risco, o que nesse sentido, talvez devesse haver mais participação de órgãos públicos, do que da própria população.

Segundo, Roma (2008), na nossa sociedade capitalista, devido às lógicas de estruturação espacial a que estão submetidas às cidades e à produção social que engendra os espaços, as pessoas dos segmentos sociais de menor poder aquisitivo não têm o direito de decidir se moram em lugares melhores ou piores. Moram onde o preço da mercadoria terra/edificação é mais barato ou em áreas de ocupação irregulares, impróprias para moradia, sujeitando-se, assim, a viver em locais que agravam suas condições de vida.

Diante dos riscos observados é de necessidade fundamental a organiza-

ção dos espaços urbanos bem como o investimento em medidas estruturais e não estruturais a fim de minimizar as diferenças econômicas e sociais nas áreas urbanas. Neste sentido não se pode desvincular o papel do Estado com o papel de aplicar políticas públicas. Já que o mesmo por sua vez, acaba realizando ações estanques, que não efetivam uma ação capaz de amenizar os efeitos sobre a vida humana.

No que se refere à gestão do solo urbano, cabe ao poder público o controle do planejamento da cidade e do uso da terra, a fim de minimizar os riscos ao meio ambiente, e promover a regularização de áreas ocupadas por populações de baixa renda.

Portanto o cadastro e a análise dos dados socioeconômicos apontados se encontram em um banco de dados eficiente para a aplicação de medidas públicas estruturais no planejamento urbano, bem como na intervenção junto à população para fins de melhoria da qualidade de vida da população menos favorecida nas áreas de riscos a inundação.

Descartamos desse modo que o território seja um território ribeirinho, já que os apontamentos sugerem que os sujeitos não possuem vínculo com o rio. Os sujeitos em sua grande maioria eram moradores do espaço rural, onde os quais foram orientados para a cidade, diante do processo hegemônico da narrativa do espaço agrário.

Essa população foi desterritorializada do campo, e sem ter outro espaço para reterritorializarem-se ocuparam um espaço rejeitado pela sociedade, na cidade, e lá se fixaram.

Por se tratar de um espaço natural, próximo ao rio, sujeitos e território transformam-se vítimas da segregação, sem identidade, sem direitos, sem ter-

ritorialidade.

Referências

ANA - **Agência Nacional de Águas**. Disponível em: < <https://www.ana.gov.br>.>

ARRUDA, Rinaldo S. V. (2000). “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: Novos Rumos para a Proteção da Natureza nos Trópicos**. São Paulo: NUPAUB, Hucitec. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>

BRASIL. “**Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil**”. 2000. Política Nacional de Defesa Civil. Brasília: SEDEC.

_____. Ministério das Cidades/Instituto de Pesquisas Tecnológicas. 2004. “**Mapeamento e Gerenciamento de Áreas de Risco**”. IPT/CPEPD/UFSC. Brasília: Ministério das Cidades. Página 222.

_____. Ministério das Cidades/ Instituto de Pesquisas Tecnológicas- IPT. 2007 “**Mapeamentos de Riscos em Encostas e Margens de Rios.**” Brasília. Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas- IPT.

COELHO, M.C.N. 2001. “Impactos ambientais em áreas urbanas - teorias, conceitos e método de pesquisa”. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. P. 19-45.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

HARVEY, David et al. A liberdade da cidade. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 26, p. 09-18, 2009. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2009.74124>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 Jun. 2019.

LIXINSKI, V. Z.; MELLO, I. S. **LEVANTAMENTO DO PERFIL SOCIO-ECONÔMICO DOS ATINGIDOS POR INUNDAÇÕES EM JAGUARI – RS** In: VI SEMANA GEOMÁTICA, 2016. Santa Maria, Anais do Evento 2016. p. 101-109.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1984.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993. 269p.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. 137 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96712>>.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova da Crítica da Geografia a Uma Geografia Crítica**. 1978.

SANTOS, F. de O.; CHAVES, M. R. Evolução urbana, especulação imobiliária e fragilidade ambiental em Caldas Novas (GO). **Caminhos de Geografia Uberlândia** v. 10, n. 32 dez/2009 p. 126 - 137 - revista *on line* - ISSN 1678-6343.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Castro, Iná Elias de et al. (orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Isabela Silveira Mello

Mestra em Geografia, graduada pela Universidade Federal de Santa Maria no curso de Tecnologia em Geoprocessamento (2016) e Licenciada pelo Programa de Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica do Centro de Educação da UFSM (2018). Atualmente nesta instituição é aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Doutorado). Possui experiência em Recursos Hídricos, Geoprocessamento e Dinâmicas Territoriais.

Edimar Rodrigo Rossetto

Possui graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon/PR (2012). Mestrado em Geografia, Linha de Pesquisa: Educação e Ensino de Geografia pela UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão/PR (2015). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, campus de Santa Maria/RS (2020). Trabalha com os seguintes temas: Geografia Agrária, Ensino de Geografia, Educação do Campo. Vinculado ao Laboratório de Ensino de Geografia - LEG e ao Grupo e Linha de Pesquisa de Ensino e Práticas de Geografia - EN-GEO. Tem vínculo com o Grupo de Pesquisa e Estudo em Geografia Agrária, Epistemologia e Ensino - GPEGAE da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Participa também do Grupo de Pesquisa em Educação e Território - GPET / UFSM.

Adilson Tadeu Basquerote

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/2020), com estágio de Doutorado Sanduíche no Instituto de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/UL). Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) (2015). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (2017) e em Estudos Sociais- Geografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2004). Atualmente é professor no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Compõe o corpo editorial, científico e de pareceristas de revistas científicas na área de Ensino e de Educação Geográfica. Possui experiência na Educação Geográfica, dedicando-se em especial ao uso das TIC no Ensino e na aprendizagem, Ensino e Aprendizagem, Recursos didáticos. Paralelamente, pesquisa os seguintes temas: Agroecologia, Agricultura Familiar, Gênero em contextos rurais, Associações agrícolas familiares e Segurança alimentar.

SOBRE OS AUTORES

Ane Carine Meurer

Doutora em Educação, Docente na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: anemeurer@gmail.com

Denise Lenise Machado

Possui Graduação e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Educadora na rede estadual do RS.

E-mail: denisegeomachado@gmail.com

Edimar Rodrigo Rossetto

Possui graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon/PR (2012). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2016-2020). Atualmente é professor de Geografia vinculado a Prefeitura Municipal de Chapecó/SC.

E-mail: edimarrossetto@hotmail.com

Orcid: 0000-0002-3426-9900

Francisco Augusto Altermann

Acadêmico do Curso de Geografia (Licenciatura Plena) da UFSM.

E-mail: franciscoaltermann9240@gmail.com

Isabela Mello

Doutoranda em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

E-mail: isaasmello@hotmail.com

Ivanio Folmer

Doutor em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

E-mail: ivaniofolmer@yahoo.com.br

Jesiel Souza Silva

Doutor em Geografia (UnB), Docente IF Goiano, Campus Rio Verde.

E-mail: zielsilva@hotmail.com

Lucian Armindo da Silva Brinco

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da UFSM.

E-mail: lucianbrinco@gmail.com.

Marli Terezinha Szumilo Schlosser

Doutora em Geografia, professora do curso de Geografia da UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon. Orientadora da pesquisa. Integrante do Laboratório de Ensino de Geografia – LEG e Grupo e Linha de Pesquisa Ensino e Práticas de Geografia – ENGEO, número 34953/2011, cadastrado junto à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

E-mail: marlisch20@hotmail.com

Orcid: 0000-0002-8490-2110

Vera Conrad de Menezes

Mestranda no PPGGEO da UFSM.

E-mail: veraconradmenezes@hotmail.com

GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL:

DEBATES, CONCEITOS E PERIODIZAÇÃO

www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952

ARCO
EDITORES ● ● ●

